

RESOLUÇÃO CEPE/IFSC N° 036, DE 20 DE ABRIL DE 2018.

Aprova o Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* no IFSC e encaminha ao CONSUP para apreciação.

O PRESIDENTE do COLEGIADO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA – CEPE, de acordo com a Lei que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, LEI 11.892/2008, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 9º do Regimento Interno do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Santa Catarina - RESOLUÇÃO N° 18/2013/CONSUP, e de acordo com as competências do CEPE previstas no artigo 12 do Regimento Geral do Instituto Federal de Santa Catarina RESOLUÇÃO N° 54/2010/CS;

Considerando a apreciação pelo Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE na Reunião Ordinária do dia 15 de março de 2018, o Presidente do CEPE resolve submeter à aprovação do CONSUP - Conselho Superior, a criação e oferta de vagas do seguinte Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* :

Nº	Câmpus	Curso				Carga horária	Vagas por turma	Vagas totais	Turno de oferta
		Nível	Modalidade	Status	Curso				
1.	Canoinhas	Especialização	Presencial	Criação	Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação e Diversidade	420 horas	40	40	Sextas-Feiras (Noturno) Sábado (Matutino e Vespertino)

Florianópolis, 20 de abril de 2018.

LUIZ OTÁVIO CABRAL

(Autorizado conforme despacho no documento nº 23292.036535/2017-32)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA.
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – PPC
CAMPUS CANOINHAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE
Lato Sensu

Canoinhas, 13 de abril de 2018.

SUMÁRIO

1 DADOS DA IES.....	3
1.1 Mantenedora.....	3
1.2 Mantida – Campus Proponente.....	3
1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta.....	3
1.4 Contextualização da IES.....	3
2 DADOS DO CURSO.....	6
2.1 Requisitos Legais.....	6
2.2 Parceria externa para a realização do curso.....	7
2.3 Dados para preenchimento do certificado.....	7
3 ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	7
3.1 Justificativa da oferta do curso.....	7
3.2 Objetivos do curso.....	11
3.2.1 Objetivo geral.....	11
3.2.2 Objetivos específicos	11
3.3 Contribuições para o egresso.....	12
3.4 Público alvo.....	12
3.5 Ingresso no curso.....	12
3.6 Desligamento do discente.....	13
4 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO.....	13
4.1 Metodologia.....	13
4.2 Matriz Curricular.....	15
4.3 Componentes curriculares.....	16
4.4 Atividades complementares.....	37
4.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem.....	37
4.6 Trabalho de Conclusão de Curso.....	38
4.7 Atividades de Tutoria (para cursos EAD).....	39
4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente.....	39
4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica.....	40
5 CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	40
5.1 Coordenador do Curso.....	40
5.2 Corpo Docente.....	41
5.3 Colegiado do Curso.....	42
6 INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	43
6.1 Instalações gerais e equipamentos.....	43
6.1.2 Sala de professores e salas de reuniões.....	44
6.1.3 Salas de aula	44
6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD).....	45
6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD).....	45
6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD).....	45
6.5 Biblioteca.....	45
7 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	47
8 AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO.....	48
9 Referências.....	48
10 ANEXO.....	49

1.DADOS DA IES

1.1 Mantenedora

Nome da Mantenedora: Instituto Federal De Santa Catarina

Endereço: Rua Quatorze de Julho

Número:150

Bairro: Coqueiros

Cidade: Florianópolis

Estado:Santa Catarina

CEP: 88075-010

CNPJ: 11.402.887/0001-60

Telefone(s): (47) 3627- 4500

Ato Legal: Lei 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008

Endereço WEB: www.ifsc.edu.br

Reitor(a): Profa. Maria Clara Kaschny Schneider

1.2 Mantida – Campus Proponente

Nome da Mantida: IFSC – Campus Canoinhas

Endereço: Av. dos Expedicionários

Número: 2150

Bairro: Campo da Água Verde

Cidade: Canoinhas

Estado: Santa Catarina

CEP: 89460-000

CNPJ: 11.402.887/0012-13

Telefone(s): (47)3627-4500

Ato Legal:

Endereço WEB: <http://canoinhas.ifsc.edu.br/>

Diretor Geral(a): Profa. Maria Bertilia Oss Giacomelli

1.3 Nome dos responsáveis/representantes pelo projeto/oferta

Nome: Dr. Vilson Cesar Schenato (Coordenador do Projeto)	Email: vilson.cesar@ifsc.edu.br	Fone: (47) 99183-0286
Nome: Dr. Joel José de Souza	Email: joel.souza@ifsc.edu.br	Fone: (48)98401-6030
Nome: Me. Cícero Santiago de Oliveira	Email: cicero.santiago@ifsc.edu.br	Fone: (47)98448-5837

1.4 Contextualização da IES

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Tem sede e foro em Florianópolis, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A missão do IFSC é promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural. Além disso,

tem como visão ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A finalidade do IFSC é formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

A história anterior ao IFSC começa com a criação da Escola de Aprendizes Artífices de Santa Catarina, em Florianópolis, por meio do decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo presidente Nilo Peçanha. Em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, a instituição mudou de nome e status, para Liceu Industrial de Florianópolis e, cinco anos mais tarde (decreto-lei nº 4.127, de 23 de fevereiro de 1942), transformou-se em Escola Industrial de Florianópolis. O nome e o status da instituição mudaram novamente em 1965, com a lei nº 4.759, de 20 de agosto, passando para Escola Industrial Federal de Santa Catarina.

A partir de 1968, com a portaria ministerial nº 331, de 17 de junho, a instituição tornou-se Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC). A lei federal de nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, transformava automaticamente todas as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, condicionando o ato à publicação de decreto presidencial específico para cada novo centro. No caso da ETFSC, a transformação para CEFET-SC foi oficializada em 27 de março de 2002, quando foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) o decreto de criação. Depois da mudança para CEFET-SC, a instituição passou a oferecer cursos superiores de tecnologia e de pós-graduação *lato sensu* (especialização). Os Institutos Federais foram criados pela lei 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008, assim o CEFET-SC passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Como vimos, em diferentes momentos houve mudanças de nomenclatura, no entanto, isso não alterou um dos principais objetivos da instituição que é o de atender a população com educação pública e de qualidade. Atualmente, o IFSC oferece cursos de acordo com as necessidades dos cidadãos e do mercado de trabalho, envolvendo as tecnologias mais relevantes em cada período histórico e em cada comunidade em que atua.

Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional, (PDI / IFSC, 2015 – 2019) ficam claros os objetivos do IFSC, que são: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento

socioeconômico local e regional; VI - ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação *Lato Sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e) cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

Para atingir tais objetivos explicitados acima, o IFSC conta hoje com 22 câmpus, sendo quatro deles na região da Grande Florianópolis – Florianópolis, Florianópolis-Continente, São José e Palhoça-Bilíngue – e mais 18 câmpus distribuídos por todo o estado de Santa Catarina: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Garopaba, Gaspar, Itajaí, Jaraguá do Sul-Rau, Jaraguá do Sul-Centro, Joinville, Lages, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Urupema e Xanxerê. Além disso, ainda conta com diversos polos presenciais EaD e Núcleos Avançados. Dessa forma, o IFSC atende todo o estado de Santa Catarina em uma perspectiva de formação profissional consistente e articulada aos anseios da sociedade catarinense.

Foi ainda no processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especificamente IFSC, que foi criado o campus Canoinhas, no planalto norte catarinense, a 380 km de Florianópolis. A audiência pública realizada para levantar as áreas de atuação do IFSC campus Canoinhas aconteceu em 12 de novembro de 2007 e reuniu representantes de 53 entidades. Os cursos escolhidos pela comunidade, naquele momento, para o campus foram Agroecologia, Agroindústria, Edificações, Mecatrônica, Vestuário e Móveis.

O campus Canoinhas iniciou suas atividades de ensino em 2010 ofertando à comunidade 3 cursos no eixo tecnológico: Informação e Comunicação; os cursos ofertados foram de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Informática Básica integrada ao meio rural, FIC em Gestão da Propriedade Rural Auxiliada pela Informática e Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e o FIC em Gestão da Propriedade Rural Auxiliada pela Informática.

A inauguração do campus ocorreu dia 29 de novembro de 2010, junto com mais 5 campus do IFSC, em cerimônia realizada em Brasília. Em 18 de fevereiro de 2011, o campus foi entregue à comunidade canoinhense.

O município de Canoinhas tem área de 1.140,394 km² e conta com uma população estimada em 54.296 habitantes (IBGE, 2016). A erva-mate já foi o carro-chefe da economia da cidade, que hoje depende basicamente da indústria e do comércio, os quais são responsáveis pela maior parcela das riquezas produzidas em Canoinhas.

Em 2011 iniciaram os cursos técnicos em Agroecologia, Agroindústria e Edificações. Os cursos ofertados pelo campus Canoinhas podem atender diversos municípios da região, devido à sua localização estratégica, que tem divisa territorial com 8 municípios, 5 deles pertencentes a unidade federativa de Santa Catarina e 3 da unidade federativa do Paraná.

Em dezembro de 2011, ocorreu a primeira formatura do campus, dos cursos FIC em Informática Básica integrada ao meio rural, FIC em Gestão da Propriedade Rural Auxiliada pela Informática e PROEJA FIC em Gestão da Propriedade Rural Auxiliada pela Informática. Em julho de 2012, aconteceu a formatura das primeiras turmas dos cursos técnicos do campus: Agroecologia, Agroindústria e Edificações. Em 2015 o curso Superior de Tecnologia em Alimentos iniciou suas atividades e no ano de 2018 formará sua primeira turma.

Já em 2016 a Pós-Graduação Lato Sensu em Desenvolvimento Rural Sustentável e o curso Superior em Análise em Desenvolvimento de Sistemas iniciaram suas atividades no Campus Canoinhas. Ainda em 2016 chegaram diversos professores contratados por concurso público para trabalhar principalmente nos cursos Técnico Integrado em Edificações e Técnico Integrado em Alimentos que tiveram início naquele mesmo ano.

Com isso, formou-se o grupo de pesquisa Identidades, Desenvolvimento e Democracia que possui certificação junto ao IFSC e ao CNPq, criou-se o Núcleo de Cultura e Arte e também o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. Foram também criados cursos FIC Desenvolvimento e Gestão Cultural, FIC de Recreação e Lazer, FIC de Direitos Humanos, FIC de Temas, Conceitos e Teorias no Ensino de Sociologia e Filosofia. Além disso, durante todos estes anos foram desenvolvidos diversos projetos de pesquisa e de extensão pelos servidores.

Na extensão podemos destacar o Programa Mulheres Sim que tem como princípio a democratização das relações de gênero e o empoderamento das mulheres, além de projetos voltados para os estudos das relações entre educação e trabalho com a perspectiva de diálogo entre os egressos. Na pesquisa podemos destacar uma diversidade de projetos que vão desde a área de alimentos, edificações, agroecologia, novas tecnologias de informação até pesquisas em ciências humanas e sociais. Assim, a articulação do ensino com a pesquisa e a extensão são essenciais para garantir o reconhecimento do IFSC enquanto referência de educação pública, gratuita e de qualidade para o território do Planalto Norte Catarinense.

2.DADOS DO CURSO

Nome do curso: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE
Modalidade: Presencial
Área: Educação
Carga Horária: 420 horas (360h/a + 60h trabalho de conclusão).
Periodicidade: Conforme a demanda.
Período: 18 meses, com início da primeira turma, no segundo semestre de 2018 e organizado de forma que a carga horária seja distribuída equilibradamente nos 3 semestres do curso.
Número de vagas: 40 vagas.
Horário e frequência das aulas: Aulas quinzenais distribuídas da seguinte forma: Sexta-feira - das 18h30min às 22h30min, totalizando 4h/a. Sábado - das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, totalizando 8h/a.

2.1Requisitos Legais

- Lei nº 9.394/96 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

- Resolução CES/CNE Nº 1/2001 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação;
- Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização.
- Resolução CEPE/IFSC nº 105, de 18 de agosto de 2011, republicada em 01 de março de 2016 - Estabelece diretrizes de funcionamento dos programas de pós-graduação lato ; sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC);
- Resolução CEPE/IFSC Nº 04 de 16 de março 2017que estabelecer diretrizes para a oferta de cursos e componentes curriculares na modalidade a distância na Educação Profissional e Tecnológica de Nível Médio, de Graduação e Pós-Graduação no âmbito do IFSC.
- Plano de Desenvolvimento Institucional IFSC – 2015-2019.

2.2 Parceria externa para a realização do curso

Não há.

2.3 Dados para preenchimento do certificado

Titulação: Especialista em Educação e Diversidade

Legislação: Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007; Resolução CEPE/IFSC Nº 105, de 18 de agosto de 2011, republicada em 01 de março de 2016.

3.ASPECTOS GERAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO

3.1 Justificativa da oferta do curso

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) é referência em qualidade na educação tecnológica e profissional, desempenhando seu papel de instituição educacional de forma competente, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão nas suas diversas atividades desenvolvidas nos 22 campus espalhados por todo o território do estado de Santa Catarina.

Além disso, realiza um trabalho de formação de educadores em várias modalidades de ensino e no desenvolvimento de novas tecnologias educacionais. Os trabalhos desenvolvidos por seus professores estão voltados à pesquisa, ao desenvolvimento de novas metodologias e ao aperfeiçoamento contínuo do processo ensino e aprendizagem.

A proposta da Pós-Graduação em Educação e Diversidade está amparada e legitimada na legislação educacional brasileira. No artigo 2º da Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional ressalta-se que a educação “inspirada nos princípios de liberdade e

nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996). Posteriormente as orientações curriculares nacionais para o ensino básico indicaram temas transversais que tratam da diversidade humana. Dentre estes temas, destacam-se: princípios éticos, cuidado de si, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, respeito aos direitos humanos, o mundo do trabalho e o consumo.

Nessa ótica, a Missão do IFSC é “Promover a inclusão, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural” (PDI 2015 – 2019). Na região de Canoinhas-SC, tal missão é importantíssima, pois o IFSC é a única instituição pública e federal de ensino presencial, aumentando o compromisso com as demais instituições no sentido de melhorar o desenvolvimento humano na região, que passa necessariamente pela melhoria da educação, numa perspectiva inclusiva, democrática, de respeito às diversidades e que auxilie na promoção da justiça social para região do Planalto Norte Catarinense.

A própria Lei de criação dos Institutos Federais (BRASIL, 2008), ressalta a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento e ainda institui a reserva mínima de 20% das vagas dos Institutos Federais para formação pedagógica de professores da educação básica.

Na mesma direção está a Resolução Nº 45 do CONSUP, de 18 de dezembro de 2014 (CONSELHO SUPERIOR / IFSC, 2014) que institui a política de formação do IFSC. Onde reforça em seus artigos 7º e 9º a necessidade de formação didático-pedagógica de profissionais de instituições de ensino da educação básica por meio de cursos de atualização, aperfeiçoamento e pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*), objetivando a qualificação das práticas educativas.

Outro ponto a destacar, é que para realizar tal intento, através da Pós em Educação e Diversidade, o IFSC-Campus Canoinhas dispõem de Recursos Humanos altamente qualificados, com professores em sua maioria com mestrado e doutorado e com carga horária prevista no seu POCV (PLANO DE OFERTA DE CURSOS E VAGAS) para os próximos anos.

Com relação à abrangência do IFSC (Campus Canoinhas) e a possibilidade de atendimento de professores de vários Municípios, pode-se observar na ilustração abaixo as cidades que fazem divisa com Canoinhas, que são: Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Três Barras e Irineópolis. Tais municípios fazem parte da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (AMPLANORTE) na qual também são membros Itaiópolis, Mafra, Monte Castelo, Papanduva e Porto União.

O objetivo da associação é defender os interesses da região frente ao poder público estadual e federal, no sentido de reivindicar políticas públicas que promovam o desenvolvimento local e regional. O município de Timbó Grande faz parte da Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe (AMARP). Fora da comarca de Santa Catarina, os municípios de São Mateus do Sul, Paulo Frontin e Paula Freitas, que fazem divisa com Canoinhas, pertencem ao território do Paraná e estão congregados na Associação dos Municípios Sul Paranaense (Amsulpar).

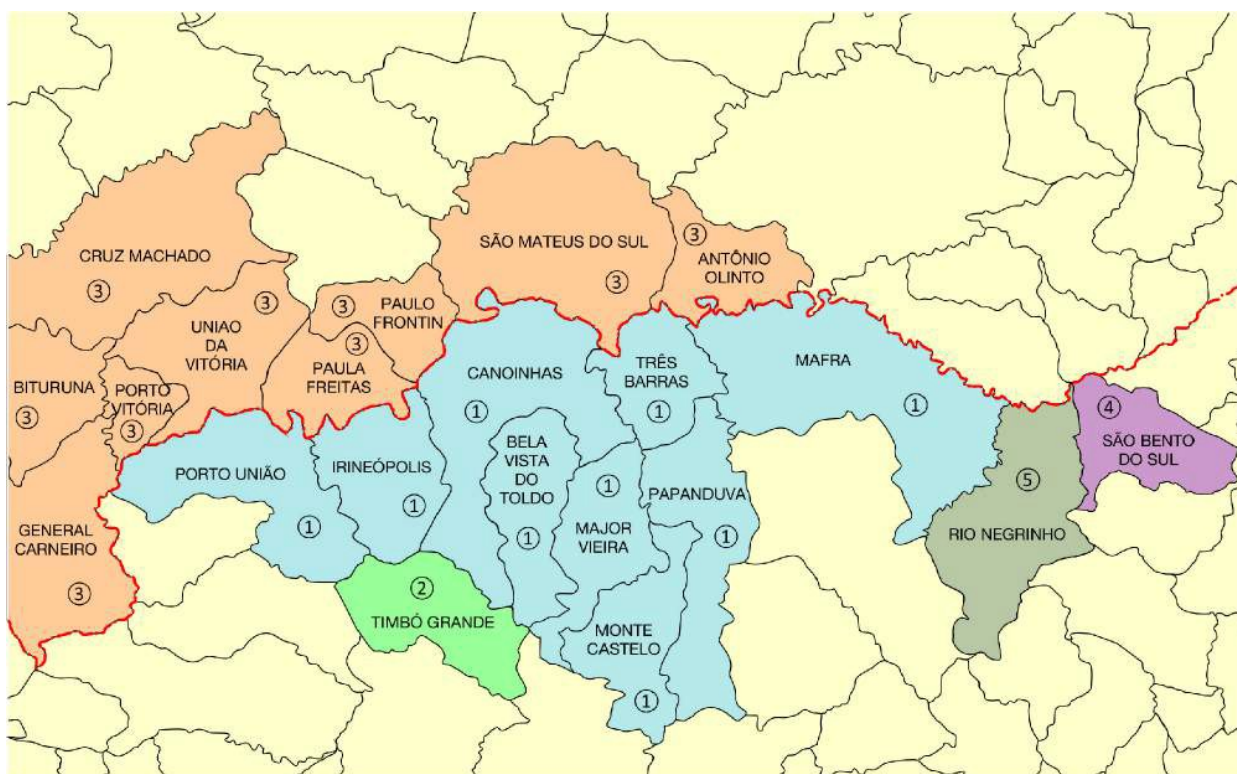


Figura 1. Mapa representativo da região de abrangência do IFSC – Campus Canoinhas.

Fonte: PPC do curso Superior em Análise de Desenvolvimento de Sistemas (IFSC – Canoinhas, 2015).

Além do já citado, de acordo com a AMPLANORTE (2017) o IDEB das escolas municipais e estaduais da Região do Planalto Norte Catarinense está abaixo da média estadual e os municípios não estão atingindo as metas projetadas em seus planos municipais de educação.

Um dos caminhos para melhorar o desenvolvimento humano e de toda a região do Planalto Norte Catarinense é a formação de professores que atuam na educação básica aprimorando suas práticas pedagógicas em acordo com as necessidades da comunidade escolar, incluindo aí o respeito às diversidades humanas.

Para tanto, é preciso pensar estratégias educacionais para enfrentar e desconstruir preconceitos, superando a reprodução das desigualdades na escola bem como as relações sociais excludentes que desrespeitam e violam os direitos humanos, ou ainda que sejam elas construídas em torno de questões de etnia, linguagem, classe social, gênero, crenças, nível de escolaridade, capacidade física, emocional e intelectual.

A educação que leva em conta a diversidade têm como centralidade os sujeitos que aprendem no processo de desenvolvimento humano (físico, emocional e intelectual) em espaço-tempo-relações sociais diferentes. Tais sujeitos constroem suas identidades também pela socialização vivenciada nas escolas.

Um dos passos para superar o risco de transformar diferenças sociais em disputas de poder, separatividade e exclusão é preparar os profissionais da educação para uma educação integral que tenha como base uma formação para a diversidade. É este o entendimento da gestão pública de Canoinhas, onde o secretário municipal de educação deixou claro que a prioridade no seu mandato da pasta será de formação dos professores, dando ampla abertura e apoio a iniciativa de uma pós-graduação a ser oferecida pelo IFSC.

De acordo com levantamento feito em junho de 2016 junto à Secretaria Municipal de

Educação de Canoinhas, dos 525 professores efetivos da rede municipal de ensino, um total de 251 não possuem nenhuma pós-graduação, ou seja, 47,8% do total dos professores.

Segundo dados do Plano Municipal de Educação (2015-2024), que está disponível no endereço eletrônico: www.pmc.sc.gov.br/uploads/719/arquivos/565229_Diagnostico_do_PME.pdf, a rede estadual em Canoinhas conta com 511 professores, destes apenas 54,8% professores possuem o nível superior seguido de uma pós-graduação, já na rede privada de ensino apenas 35,1 % de um total de 475 professores, possuem em sua formação a pós-graduação.

A cidade de Canoinhas tem como meta atingir 75% dos professores com pós-graduação até o ano de 2024, pois os gestores municipais entendem que com a formação continuada dos profissionais da educação básica é possível atender as demandas educacionais do município, sendo a pós graduação uma oportunidade para os professores aprofundarem seus conhecimentos e melhorar suas práticas pedagógicas em sala de aula (PME – Canoinhas, 2015).

A pesquisa de demanda realizada pelo próprio IFSC junto aos professores das redes municipais e estaduais de ensino, contou com a participação de 111 professores que responderam o questionário virtual com questões sobre os possíveis interesses em uma pós em educação. Dos pesquisados, 47 % são da rede municipal e 37% da rede estadual de ensino, sendo que 16% trabalham nas duas redes.

Na mesma pesquisa, com relação ao nível de escolaridade 10 % dos que responderam ao questionário possuem a graduação incompleta, outros 33 % a graduação completa, mas sem especialização nenhuma, o que demonstra claramente que existe uma demanda por formação para aqueles docentes. Com relação aos que já ingressaram numa pós *Lato Sensu*, 6% responderam que no momento estavam cursando uma especialização, contra outros 49% que possuíam o título de especialista. Outros 2 % possuem pós em nível de mestrado.

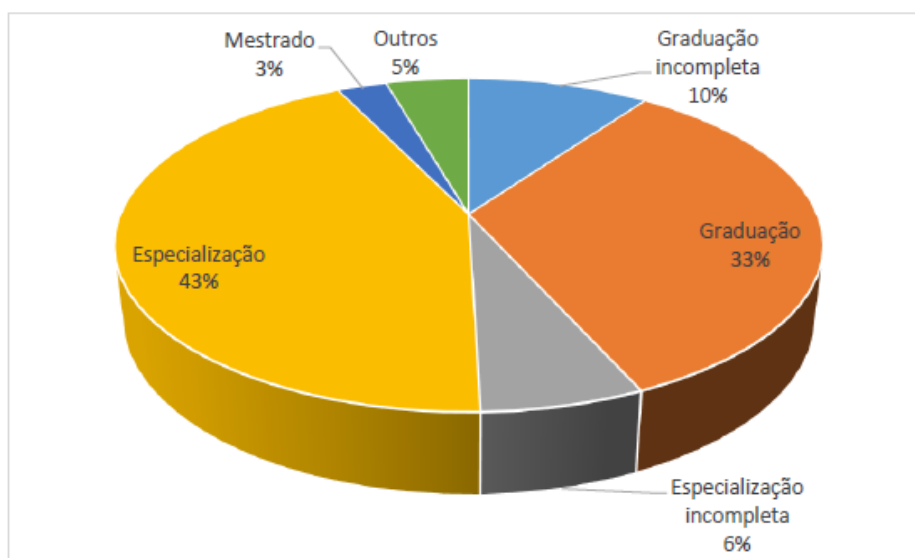


Gráfico 1. Nível de escolaridade dos Professores da Rede Municipal e Estadual de ensino do Município de Canoinhas-SC, 2016.

Ainda, com relação a pesquisa, foi levantada uma questão sobre quais os elementos que dificultam a sua formação continuada (o entrevistado poderia mencionar mais de uma resposta). Como se pode observar no gráfico 2, logo abaixo, 53,15% responderam que a principal motivação, para não darem continuidade em sua formação, estava relacionada aos custos elevados das mensalidades das pós-graduações em instituições privadas. Este resultado reitera a importância da oferta pelo IFSC da pós em Educação e Diversidade de forma pública e gratuita. Outras dificuldades levantadas estavam com relação a ausência de política incentivadora por parte das instituições em que trabalham (24,32 %) e a incompatibilidade entre atividades de trabalho e estudo com atividades domésticas e familiares (30,63%). Outras motivações apresentadas na pesquisa somaram 2,70%.

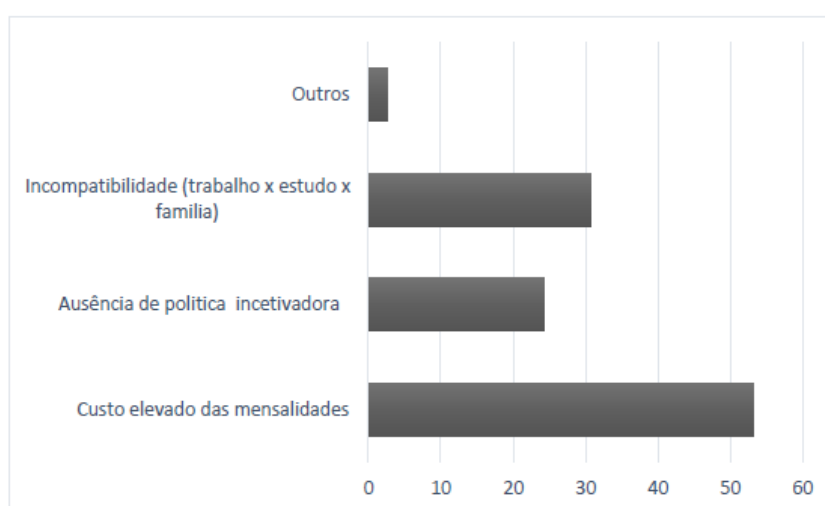


Gráfico 2. Dificuldades apontadas pelos Professores da Rede Municipal e Estadual de ensino do Município de Canoinhas-SC, para o acesso à pós-graduação *Lato Sensu*, 2016.

A proposta de pós-graduação está sendo bem vista tanto pela secretaria municipal de educação, bem como pela Gerência Estadual de Educação, de modo que, em reuniões realizadas com as duas instâncias, as mesmas se comprometeram em incentivar e se preciso flexibilizar horários e condições de trabalho, possibilitando assim, aos docentes

das redes de ensino o comprometimento efetivo com a formação continuada na pós em Educação e Diversidade.

3.2 Objetivos do curso

O curso tem por objetivos:

3.2.1 Objetivo geral:

Qualificar profissionais da educação para atuação diante da diversidade, complexidade e contradições das relações sociais no espaço público da escola, objetivando a consolidação de relações democráticas e de convívio com as diferenças.

3.2.2 Objetivos específicos:

- Aprimorar o debate sobre a diversidade e demais temas transversais no ambiente educacional, estimulando estratégias e práticas pedagógicas que levem em consideração as demandas dos diferentes atores sociais.
- Incentivar a construção contínua da prática pedagógica a partir da reflexão sobre a atuação docente diante da diversidade de sujeitos sociais que compõem a comunidade escolar, bem como de temas que atravessam todas as disciplinas da educação básica.
- Contribuir para o enfrentamento de preconceitos e discriminações de cunho cultural, socioeconômico, de gênero, étnico, de modo a combater intolerâncias e refletir sobre a produção das desigualdades e a construção social das diferenças.
- Construir conhecimentos que articulem conceitos e compreensões que valorizem a prática pedagógica, que permita o diálogo com as diferenças, com a inclusão, com o cuidado de si e colabore com a construção de uma cultura de respeito aos direitos humanos. Assim, possibilitando a reflexão sobre o currículo e a escola enquanto instâncias que formam para a cidadania.

3.3 Contribuições para o egresso

Após a conclusão do curso, espera-se que o profissional educador possa estabelecer em seu trabalho docente uma práxis que compreenda a pesquisa como prática pedagógica, refletindo sobre sua atuação e transformando sua forma de trabalho e a realidade em que atua, e que ele possa:

- Ter competência para análise e compreensão do fenômeno educativo a partir dos referenciais teóricos debatidos no curso;
- Atuar em diferentes níveis de ensino, instituindo espaços participativos na relação ensino e aprendizagem pautada pelo respeito mútuo, assim como pelo respeito à trajetória e aos saberes dos estudantes.
- Desenvolver estratégias de ensino que considerem aspectos da diversidade, com vistas à educação inclusiva, à tolerância ao “outro” e o respeito aos direitos humanos.
- Estabelecer relações entre estado, sociedade, ciência, tecnologia, trabalho, cultura, formação humana e educação.
- Promover uma articulação entre ensino e pesquisa dentro do processo de ensino e aprendizagem, assim como refletir e discutir temas transversais.

3.4 Público alvo

O público-alvo do curso são os profissionais de educação, com diploma de graduação reconhecido pelo MEC, preferencialmente com formação nas licenciaturas e que tenham interesse em pesquisar temáticas relacionadas com a Pós-graduação em Educação e Diversidade.

3.5 Ingresso no curso

Para ingressar no curso o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Ser portador de diploma de curso de Graduação.
- b) Ser aprovado no processo de seleção.

A seleção dos candidatos será feita a partir de prova escrita e análise do currículo ou mediante sorteio dos candidatos inscritos. No caso de prova escrita e análise de currículo, os seus critérios de pontuação serão publicados em edital específico, do qual constará o curso com as respectivas vagas, prazos e documentação exigida, instrumentos, critérios de seleção e demais informações necessárias. No edital de ingresso será inserido um apêndice com uma tabela em que estarão especificados os critérios de pontuação de cada uma dessas etapas do processo de seleção.

- c) O curso não aceitará matrícula especial para discentes em componentes curriculares isolados.

3.6 Desligamento do discente

O desligamento do discente ocorrerá conforme legislação vigente, a saber: Resolução CONSUP/IFSC nº41 de 20 de novembro de 2014 e Resolução CEPE/IFSC nº 105/2011 reformulada em 2016. Podendo ser solicitado pelo estudante ou por iniciativa da instituição.

O discente será desligado do curso por decisão própria, a qualquer tempo em que o solicite à coordenação de curso, através de formulário de requerimento a ser protocolado junto à secretaria do Campus, ao qual deverá acompanhar o comprovante de estar quitas com a biblioteca. Cabe ao coordenador de curso emitir parecer a respeito num prazo de até 15 dias.

O discente será desligado do curso por iniciativa do IFSC quando:

I – nos primeiros 15 (quinze) dias letivos, o aluno da fase inicial do curso deixar de comparecer às aulas sem justificativa por um período de 5 (cinco) dias letivos consecutivos, ou a qualquer tempo, enquanto for possível chamar outro candidato para ocupar a vaga;

II – por abandono/desistência, quando o estudante for reprovado em duas unidades curriculares consecutivas por infrequência; ou quando faltar 12 aulas de uma mesma unidade curricular sem justificativa.

III – por falta de documentação comprobatória ou descumprimento de outros itens do termo de matrícula condicional, estabelecidos em edital de ingresso;

IV – por transgressão disciplinar grave, que inclui a prática de plágio;

V – por reprovação em qualquer unidade curricular do curso. Neste caso o aluno poderá solicitar reingresso, sem necessidade de passar pelo processo seletivo, quando houver nova oferta do curso;

VI – por falecimento do aluno.

4. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

4.1 Metodologia

O desenvolvimento pedagógico da *Pós-graduação em Educação e Diversidade* tem como fundamento o princípio da autonomia, tendo como referências as reflexões de Paulo Freire e os princípios da educação dialógica e problematizadora, fundamentando “justamente na relação dialógico-dialética entre educador e educando; ambos aprendem juntos” (GADOTTI, 1996, p. 86).

Os cursandos refletirão sobre suas próprias situações, com o intuito de construir sujeitos críticos e conscientes do seu papel em uma sociedade que valoriza a convivência democrática, cidadã e que respeita a diversidade.

Assim, entendemos que o ser humano só passa a assumir uma posição de sujeito a partir do momento em que reflete sobre sua própria condição de existência e do ambiente concreto que o cerca. O despertar para tais reflexões torna-se possível por meio do método pedagógico baseado na comunicação dialógica, na qual como destaca Paulo Freire:

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (FREIRE, 1980, p.82 e 83).

O diálogo no processo de ensino-aprendizagem é o ingrediente básico para a construção do conhecimento, concebendo o trabalho educativo na perspectiva histórico-crítica, com abertura para o “outro”, tendo como pressuposto a construção de relações democráticas e emancipatórias a partir do processo de humanização promovido pela educação, esta entendida enquanto prática social inserida num contexto sócio-histórico e político mais amplo (LIBÂNEO, 2003).

É importante destacar que esta Pós-graduação é interdisciplinar, o que possibilita o desenvolvimento de uma prática educacional integradora que une ciência, arte, cultura, tecnologia, ética e política em um corpo curricular relacionado a uma pedagogia crítica e emancipatória. Ao trilhar o caminho da crítica e da autonomia, surge a possibilidade de formar profissionais comprometidos com o bem comum e com o posicionamento ético, que valorize as diversidades, isto é, serão capazes de reconhecer a alteridade e respeitá-la.

Para alcançarmos os objetivos traçados no corpo deste Projeto Pedagógico de Curso, as aulas das unidades curriculares serão quinzenais (sextas e sábados) e os docentes das respectivas unidades poderão computar, conforme legislação vigente, até 20% da carga horária com atividades a distância, utilizando para isso o Ambiente Virtual de Aprendizagem disponibilizado pelo IFSC (Moodle e/ou SIGAA), procurando atender as especificidades do trabalhador-aluno. As práticas pedagógicas buscarão o desenvolvimento integral do aluno por meio de aulas expositivas dialógicas e reflexivas, seminários, elaboração e apresentação de trabalhos em grupos, atividades de pesquisa, projetos, estudo de caso, estudo dirigido, fórum de discussões e utilização do ambiente virtual de aprendizagem.

As atividades não presenciais serão realizadas em cada Unidade Curricular, computando 20 % da carga horária da disciplina. Deste modo, já na elaboração dos planos de ensino os professores devem prever as atividades não presenciais que serão ofertadas. Ainda com relação as atividades não presenciais, os professores devem levar em

consideração a existência de atividades assíncronas e síncronas.

As atividades assíncronas consistem naquelas atividades em que o aluno desenvolve sem um horário pré-determinado, como por exemplo: leituras, assistir vídeos, pesquisas, participação em fóruns de debates, exercícios de fixação, autoavaliações, e-mail, elaboração de relatos de experiências, diário de observação direta. Já as atividades síncronas são as atividades que ocorrem com horário marcado, com possibilidade de supervisão do professor e contando com a participação e interação dos alunos em tempo real, que poderão ser em ambientes virtuais (chat), presenciais (avaliações, vídeo aulas, aulas).

O Ambiente Virtual disponibilizado pelo IFSC oferece ainda um conjunto de ferramentas que permitem aos docentes a criação e gestão das disciplinas, possibilitando processos de interação, colaboração e cooperação com os alunos, além disso, reúne numa mesma plataforma o acesso online do conteúdo disponibilizados pelo professor. Oferece, também, diversos recursos de comunicação/interação/construção entre estudante e professor e estudante e estudante, a qual demonstra ser bastante adequada ao propósito, pois disponibiliza diferentes ferramentas para estudantes. Tais ferramentas como: Agenda; Tarefas, Material de Apoio; Leituras; Perguntas Frequentes; Pesquisa de Opinião; Fóruns de Discussão; Bate-Papo; Correio; Questionários, Pesquisa de Avaliação, Acessos; Trabalho com Revisão; Administração do Curso; Suporte e Autenticação de acesso. Cabe ressaltar que entre docente e os discentes neste Ambiente Virtual de aprendizagem (ou similares) deve-se prezar sempre pela linguagem dialógica, de forma que seja apropriada para o ambiente educativo em questão.

A dialética entre ação-reflexão-ação orientará os educandos no sentido de refletirem sobre suas práticas através da orientação metodológica da pesquisa-ação, consistindo na produção de conhecimentos pedagógicos que promoverá possíveis intervenções e transformações dentro da própria escola.

Considerando o princípio da pesquisa inerente ao curso, as unidades curriculares de *Pesquisa e Produção do Conhecimento*; *Desenvolvimento Humano, Práticas Pedagógicas e Aprendizagens*, *Seminários de Educação e diversidade* e o componente curricular de *Orientação de TCC* serão espaços destinados à sistematização de pressupostos teórico-metodológicos voltados para a pesquisa, visando à construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O atendimento ao discente pelo docente poderá ser realizado a distância através do Ambiente Virtual de Aprendizagem e, na forma presencial, em horários disponibilizados previamente pelo corpo docente a ser divulgado pela coordenação do curso.

4.2 Matriz Curricular

Unidade Curricular		Carga Horária		
		Presencial	EaD	Total
01	Pesquisa e produção do conhecimento I	16	4	20
02	Sujeitos da diversidade: pluralidade cultural e educação	32	8	40
03	Direitos humanos e cidadania	32	8	40

04	Educação de jovens e adultos	16	4	20
05	Educação do campo	16	4	20
06	Pesquisa e produção do conhecimento II	16	4	20
07	Populações migrantes e desafios educacionais	16	4	20
08	Desenvolvimento humano, práticas pedagógicas e aprendizagem	32	8	40
09	Educação para as relações de gênero	32	8	40
10	Pessoas com deficiência e a perspectiva da educação inclusiva	16	4	20
11	Educação para as relações étnico-raciais	32	8	40
12	Saúde e qualidade de vida para a diversidade	16	4	20
13	Seminários de educação e diversidade	16	4	20
14	Orientação/Elaboração de TCC	60	-	60
Total				420 h/a

4.3 Componentes curriculares

Unidade Curricular: Pesquisa e Produção do Conhecimento I	CH: 20
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover acesso ao ambiente virtual adotado pelo IFSC (<i>Moodle</i> e/ou <i>SIGAA</i>) e aos materiais de divulgação científicos; Refletir sobre os paradigmas de pesquisa, as bases teórico-metodológicas, tipos e abordagens de pesquisa e as contribuições da pesquisa em educação; Identificar a importância da metodologia científica para formação do conhecimento; Diferenciar os tipos de conhecimento e linguagem (popular e científico); Compreender as práticas pedagógicas e os desafios de pesquisas no campo da educação, levando em consideração as questões sobre a diversidade. 	
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Noções e acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado pelo IFSC. Importância da pesquisa na construção de conhecimento para a interpretação e transformação da realidade educacional e social; Pesquisas de práticas pedagógicas e os desafios de pesquisas no campo da educação, levando em consideração questões sobre a diversidade. 	
Metodologia de Abordagem:	

Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, meios audiovisuais, palestras, trabalhos em grupo, pesquisas realizadas pelos próprios alunos, apresentações orais e escritas. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso, assim como partir da realidade dos educandos para pautar as experiências do processo de ensino-aprendizagem. As aulas terão como base as leituras prévias e interpretação dos textos por parte dos acadêmicos, objetivando qualificar a discussão sobre a temática da aula.

Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc.) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado pelo IFSC. As atividades propostas na unidade curricular do docente deverão promover a colaboração e cooperação entre os discentes.

Além disso, serão encaminhadas atividades não presenciais, tais como: trabalhos e estudos dirigidos, pesquisas, resolução de exercícios, autoavaliações, relatos de experiências e outras atividades que o docente considerar adequadas.

A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização de seminários e outros exercícios individuais e/ou coletivos, avaliações individuais com questões objetivas e argumentativas, observação dos alunos e outras formas que o professor considerar adequadas.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 21/02/2017.

ANDRÉ, M. E. D. A. (Org.) **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 12ª ed. Campinas: Papirus, 2012. 143 p.

_____. **Etnografia da prática escolar**. 18ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. 128 p.

WEBER, M. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org) **Weber**. Editora Ática, São Paulo, 1979. YIN, R. K. (2005). Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. Bookman, 3ª edição. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/229983/mod_resource/content/1/Weber%20-%20M.%20A%20objetividade%20do%20conhecimento%20nas%20ci%C3%Aancias%20sociais.pdf>. Acesso em: 08/11/2017.

Bibliografia Complementar:

FAZENDA, I. C. A. (Org.); SILVA JÚNIOR, C. A. **Metodologia da pesquisa educacional**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LÜDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

Unidade Curricular: Sujeitos da Diversidade: pluralidade cultural e educação **CH:**40 h

Objetivos:

- Introduzir a abordagem da diversidade na educação, promovendo o reconhecimento e a valorização dos diferentes sujeitos sociais;
- Abordar o tema da exclusão e da discriminação social, com vistas a subsidiar o desenvolvimento de estratégias para a promoção de uma educação para a diversidade;
- Proporcionar a análise crítica dos fatores que determinam a construção das identidades e da pluralidade cultural na sociedade mais ampla e no espaço escolar.

Conteúdos:

- Conceito de cultura e pluralidade cultural;
- Identidades e diferenças culturais;
- Variações linguísticas;
- Sujeitos da diversidade (populações do campo, indígenas, quilombolas, negros, pessoas com deficiência, entre outros) e suas principais conquistas de direitos;
- Diferenças geracionais, de gênero e de orientação sexual;
- Escola como espaço para a construção de relações interculturais
- Estratégias pedagógicas para a promoção da diversidade cultural.

Metodologia de Abordagem:

Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, meios audiovisuais, palestras, trabalhos em grupo, pesquisas realizadas pelos próprios alunos, apresentações orais e escritas. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso, assim como partir da realidade dos educandos para pautar as experiências do processo de ensino-aprendizagem. As aulas terão como base as leituras prévias e interpretação dos textos por parte dos acadêmicos, objetivando qualificar a discussão sobre a temática da aula.

Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc.) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem. As atividades propostas na unidade curricular do docente deverão promover a colaboração e cooperação entre os discentes.

Além disso, serão encaminhadas atividades não presenciais, tais como: trabalhos e estudos dirigidos, pesquisas, resolução de exercícios, autoavaliações, relatos de experiências e outras atividades que o docente considerar adequadas.

A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização de seminários e outros exercícios individuais e/ou coletivos, avaliações individuais com questões objetivas e argumentativas, observação dos alunos e outras formas que o professor considerar adequadas.

Bibliografia Básica:

FÁVERO, O.; IRELAND, T. D. (Org.). **Educação como exercício de diversidade**. Col. Educação para Todos, v. 7. Brasília: MEC, SECAD, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. 16ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar

Editor, 2003. Disponível em : <<https://projetoaletheia.files.wordpress.com/2014/05/cultura-um-conceito-antropologico.pdf>>. Acesso em 15/01/2017.

SILVA, M. J. A.; BRANDIM, M. R. L. Multiculturalismo e educação: em defesa da diversidade cultural. **Revista Diversa**: Ano I - nº 1 :: pp. 51-66 :: jan./jun. 2008 http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/parnaiba/arquivos/files/rd-ed1ano1-artigo4_mariasilva.PDF>. Acesso em 15/02/2017.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Lei 10.639 - De 9 de Janeiro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

_____.Lei 11.645 – De 10 de março de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm

GOMES, N. L. **Educação e Diversidade Cultural**: refletindo sobre as diferentes presenças na Escola. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/educa%C3%87%C3%83o-e-diversidade-cultural.pdf>>. Acesso em 02/02/2017.

MARTINS, J. S. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. 3ª ed. Editora Paulus, São Paulo, 2007.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PINSKY, J. **Cidadania e educação**. São Paulo: Contexto, 2008.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tadeu da (org). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 12.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Unidade Curricular: Direitos Humanos e cidadania	CH: 40
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A democracia e a cidadania como valores em/na sala de aula; • Pensar a escola como espaço de convivência plural e de cultura política; • Normatização, Legislações e suas ressonâncias na tessitura social; • Trabalhar a formação em Direitos Humanos: Escola e Pessoas entre os Direitos. 	
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Democracia, Cidadania e Direitos Humanos: história e concepções; • Tratados supra Nacionais de Direitos Humanos e suas ressonâncias educacionais; • O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e o projeto de pessoa; • Fundamentos mediadores para uma cultura dos Direitos Humanos; • Conquistas de novos direitos e a cidadania: direitos socioeconômicos e culturais; • Debate sobre igualdade e singularidade do ser humano; • Autonomia, democracia e diversidade enquanto valores sociais da escola inclusiva e democrática. • Desafios cotidianos na construção da escola democrática. 	
<p>Metodologia de Abordagem:</p> <p>Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, meios audiovisuais, palestras, trabalhos em grupo, pesquisas realizadas pelos próprios alunos,</p>	

apresentações orais e escritas. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso, assim como partir da realidade dos educandos para pautar as experiências do processo de ensino-aprendizagem. As aulas terão como base as leituras prévias e interpretação dos textos por parte dos acadêmicos, objetivando qualificar a discussão sobre a temática da aula.

Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc.) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem. As atividades propostas na unidade curricular do docente deverão promover a colaboração e cooperação entre os discentes.

Além disso, serão encaminhadas atividades não presenciais, tais como: trabalhos e estudos dirigidos, pesquisas, resolução de exercícios, autoavaliações, relatos de experiências e outras atividades que o docente considerar adequadas.

A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização de seminários e outros exercícios individuais e/ou coletivos, avaliações individuais com questões objetivas e argumentativas, observação dos alunos e outras formas que o professor considerar adequadas.

Bibliografia Básica:

BENEVIDES, M. V. **Cidadania e Direitos Humanos**. Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, Universidade de São Paulo (USP) .s/d. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevidescidadaniaedireitoshumanos.pdf/view>>. Acesso em 10/09/2017.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 10/09/2017.

CHALUH, L. N. Autonomia, democracia e diversidade: práticas pedagógicas que favorecem esses valores. IN: **Revista Olhar de Professor**, Ponta Grossa: 9 (1): 97-112, 2006. Em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1454/1099>>. Acesso em 10/09/2017.

SCHENATO, V. C. Democracia e Cidadania no Brasil: considerações sobre seus (Des) caminhos. **Revista Escritas**, vol. 5, nº 1, 2013, pág. 85-98. Disponível em: <<http://revista.uft.edu.br/index.php/escritas/article/viewFile/1407/8200>>. Acesso em 20/09/2017.

Bibliografia Complementar:

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf>. Acesso em 20/07/2017.

HADDAD, S.; GRACIANO, M. (Orgs.). **A educação entre os direitos humanos**. São Paulo: Ação Educativa, 2006.

NUNES, M.L.R.L. e SOUZA, J.P. Unidade 2. IN: **Caderno de Educação em Direitos Humanos**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: SDH, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 10/09/2017.

PROGRAMA, Nacional De Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - - ver. e atual. - - Brasília: SEDH/PR, 2010. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>>. Acesso em 10/09/2017.

ROSA, P. **Direitos? Para quais humanos?** O problema da igualdade e da singularidade nos fundamentos da ética e da política. IFSC, 2014. Disponível em:<http://www.ifsc.edu.br/arquivos/pesquisa/publicacoes/livros_do_ifsc/livros_paraosite_2017/pdf/direitos_para_quais_humanos_producao.pdf>. Acesso em 20/08/2017.

Unidade Curricular: Educação de Jovens e Adultos

CH:20 h

Objetivos:

- Analisar a história social do Ensino de Jovens e Adultos no Brasil;
- Discutir fracasso escolar e exclusão social;
- Compreender o processo de ensino e aprendizagem de Jovens e adultos;
- Refletir sobre o papel do professor, protagonista e pensador (Paulo Freire) da aprendizagem em EJA;
- Identificar o embasamento legal que dá as diretrizes da EJA.

Conteúdos:

- A trajetória sociocultural da EJA no Brasil;
- O Legado de Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos;
- Fracasso escolar e exclusão social;
- A EJA como possibilidade de inclusão social para as pessoas em privação de liberdade;
- A EJA na LDB 9.394/96;
- Procedimentos metodológicos na EJA.

Metodologia de Abordagem:

Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, meios audiovisuais, palestras, trabalhos em grupo, pesquisas realizadas pelos próprios alunos, apresentações orais e escritas. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso, assim como partir da realidade dos educandos para pautar as experiências do processo de ensino-aprendizagem. As aulas terão como base as leituras prévias e interpretação dos textos por parte dos acadêmicos, objetivando qualificar a discussão sobre a temática da aula.

Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc,) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem. As atividades propostas na unidade curricular do docente deverão promover a colaboração e cooperação entre os discentes.

Além disso, serão encaminhadas atividades não presenciais, tais como: trabalhos e

estudos dirigidos, pesquisas, resolução de exercícios, autoavaliações, relatos de experiências e outras atividades que o docente considerar adequadas.

A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização de seminários e outros exercícios individuais e/ou coletivos, avaliações individuais com questões objetivas e argumentativas, observação dos alunos e outras formas que o professor considerar adequadas.

Bibliografia Básica:

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CASÉRIO, V. M. R. **Educação de jovens e adultos**: pontos e contrapontos. Bauru: EDUSC, 2003.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16ª ed. São Paulo: Cortez Ed. 2000.

Bibliografia Complementar:

BARCELOS, V. **Formação de professores para educação de jovens e adultos**. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEAL, T. F.; ALBURQUERQUE, E. B. C. (Org.) **Desafios da educação de jovens e adultos**: construindo práticas de alfabetização. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PICONEZ, S. C. B. **Educação escolar de jovens e adultos**: das competências sociais dos conteúdos aos desafios da cidadania. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

Unidade Curricular: Educação do Campo	CH: 20 h/a
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apropria-se de conhecimentos que atendam às especificidades e diversidades que caracterizam os diferentes contextos rurais em que as escolas se inserem. • Ampliar o conhecimento com relação à Educação do Campo, as Políticas Públicas e os Movimentos Sociais do Campo, bem como conhecer as diretrizes da legislação que orientam a Educação do Campo. • Aplicar conhecimentos técnico-científicos e metodológicos em favor da qualificação dos projetos educacionais e das práticas pedagógicas em vigor nas escolas do campo. 	
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Concepções e conceitos em Educação do Campo; • Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas e culturais das populações do campo; • Educação do Campo, Movimentos Sociais e Políticas Públicas; • Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo; • Educação do Campo e experiências pedagógicas em Santa Catarina. 	
Metodologia de Abordagem:	

Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, meios audiovisuais, palestras, trabalhos em grupo, pesquisas realizadas pelos próprios alunos, apresentações orais e escritas. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso, assim como partir da realidade dos educandos para pautar as experiências do processo de ensino-aprendizagem. As aulas terão como base as leituras prévias e interpretação dos textos por parte dos acadêmicos, objetivando qualificar a discussão sobre a temática da aula.

Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc.) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem. As atividades propostas na unidade curricular do docente deverão promover a colaboração e cooperação entre os discentes.

Além disso, serão encaminhadas atividades não presenciais, tais como: trabalhos e estudos dirigidos, pesquisas, resolução de exercícios, autoavaliações, relatos de experiências e outras atividades que o docente considerar adequadas.

A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização de seminários e outros exercícios individuais e/ou coletivos, avaliações individuais com questões objetivas e argumentativas, observação dos alunos e outras formas que o professor considerar adequadas.

Bibliografia Básica:

ANTONIO, C. A.; LUCINI, M. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a05v2772.pdf>> Acesso em 15/05/2017.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01, de 3 de abril de 2002 – Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>>. Acesso em 15/09/2017.

CALDART, R. S. **Educação do Campo**: identidade e Políticas Públicas. Brasília-DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por uma Educação do Campo nº 4). Disponível em:< <http://www.forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf>>. Acesso em 15/09/2017.

CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/pos-graduacao/mestrados/ppgdr2/arquivos/dicionariodeEducacaodoCampo.pdf>>. Acesso em 07/11/2017.

MACHADO. I. F. Educação do Campo e Diversidade. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 28, n. 1, 141-156, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/2175.../17844>>. Acesso em 15/09/2017.

Bibliografia Complementar:

ALVES, G. L. (Org.) **Educação do campo**: recortes no tempo e no espaço. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008 – Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf>. Acesso em: 20/10/2017.

_____. INEP / MEC. **Panorama da Educação do Campo**. Brasília, DF, 2007. Disp. em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/Panorama+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+do+Campo/5b9c2ed7-208b-48ff-a803-cd3851c5c6c9?version=1.2>>. Acesso em 15/09/2017.

FERREIRA, F. J.; BRANDÃO, E. C. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano V. nº 09, jul./dez., 2011. Disponível em: < [https://www.porta\(trilhas.org.br/download/biblioteca/educacao-do-campo-um-olhar-historico-uma-realidade-concreta.pdf](https://www.porta(trilhas.org.br/download/biblioteca/educacao-do-campo-um-olhar-historico-uma-realidade-concreta.pdf)>. Acesso em 15/09/2017.

Unidade Curricular: Pesquisa e Produção do Conhecimento II	CH: 20 h
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os diferentes métodos de pesquisa; • Compreender as fases da investigação científica: planejamento, elaboração do projeto de pesquisa, execução, análise dos dados, divulgação dos resultados; • Compreender as etapas e normas para confecção de trabalhos científico. 	
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articulação entre conhecimento teórico-epistemológico e projeto de pesquisa; • Projeto, articulação de suas partes e o desenvolvimento da pesquisa; • Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em educação; • Metodologia da Pesquisa-Ação e intervenções pedagógicas; • Levantamento de temas de pesquisa em educação e qualificação do projeto de pesquisa para o desenvolvimento do plano de trabalho e apresentação de trabalhos acadêmicos. 	
<p>Metodologia de Abordagem:</p> <p>Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, meios audiovisuais, palestras, trabalhos em grupo, pesquisas realizadas pelos próprios alunos, apresentações orais e escritas. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso, assim como partir da realidade dos educandos para pautar as experiências do processo de ensino-aprendizagem. As aulas terão como base as leituras prévias e interpretação dos textos por parte dos acadêmicos, objetivando qualificar a discussão sobre a temática da aula.</p> <p>Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc.) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem. As atividades propostas na unidade curricular do docente deverão promover a colaboração e cooperação entre os discentes.</p> <p>Além disso, serão encaminhadas atividades não presenciais, tais como: trabalhos e estudos dirigidos, pesquisas, resolução de exercícios, autoavaliações, relatos de experiências e outras atividades que o docente considerar adequadas.</p>	

A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização de seminários e outros exercícios individuais e/ou coletivos, avaliações individuais com questões objetivas e argumentativas, observação dos alunos e outras formas que o professor considerar adequadas.

Bibliografia Básica:

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p483-502, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27991/29775>>. Acesso em 10/03/2017.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. (Org.) **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em 10/10/2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, C. B. **Metodologia científica ao alcance de todos.** 3ª ed. Barueri: Manole, 2013.

MESKENAS, P. **Pesquisa social e ação pedagógica:** conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Loyola, 2002.

ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. (Org.) **Itinerários de pesquisa:** perspectivas qualitativas em sociologia da educação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Links para pesquisa:

Google acadêmico. In: <<https://scholar.google.com.br/>>.

Sistema Sofia: Bibliotecas Integradas IFSC. In: <<http://biblioteca.ifsc.edu.br/>>.

Portal de Periódicos Capes. In: <http://www-periodicos-capes-gov-br.ez130.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome&Itemid=68&>.

Unidade Curricular: Populações migrantes e desafios educacionais

CH:20 h

Objetivos:

- Analisar as migrações internacionais e a miscigenação étnica no contexto da globalização;
- Verificar a influência das principais teorias demográficas, frente à reprodução da xenofobia no ambiente escolar;

- Compreender a diversidade cultural ocasionada pelos processos migratórios (nacionais, regionais e locais), possibilitando no ambiente escolar a construção de um espaço plural.

Conteúdos:

- Crescimento populacional e distribuição da população no contexto mundial;
- Debate sobre a teoria de Malthus e as críticas formuladas pela perspectiva marxista;
- O problema da xenofobia;
- Migração e choques culturais;
- Desafios educacionais com as populações migrantes e o combate à xenofobia.

Metodologia de Abordagem:

Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, meios audiovisuais, palestras, trabalhos em grupo, pesquisas realizadas pelos próprios alunos, apresentações orais e escritas. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso, assim como partir da realidade dos educandos para pautar as experiências do processo de ensino-aprendizagem. As aulas terão como base as leituras prévias e interpretação dos textos por parte dos acadêmicos, objetivando qualificar a discussão sobre a temática da aula.

Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc,) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem. As atividades propostas na unidade curricular do docente deverão promover a colaboração e cooperação entre os discentes.

Além disso, serão encaminhadas atividades não presenciais, tais como: trabalhos e estudos dirigidos, pesquisas, resolução de exercícios, autoavaliações, relatos de experiências e outras atividades que o docente considerar adequadas.

A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização de seminários e outros exercícios individuais e/ou coletivos, avaliações individuais com questões objetivas e argumentativas, observação dos alunos e outras formas que o professor considerar adequadas.

Bibliografia Básica:

BAGNO, M. **Preconceito linguístico, o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

Disponível

em:

<http://www.professorjailton.com.br/home/biblioteca/preconceito_linguistico_marcos_bagno.pdf>. Acesso em 07/11/2017.

CANEN, A. Currículo para o desafio à xenofobia: algumas reflexões multiculturais na educação. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, n. 11, p. 89–98 jan./jun. 2014. Disponível em: http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/1742>. Acesso em 18/08/2017.

DAMIANI, A. L. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1998.

Bibliografia Complementar:

CONTINGUIBA, M. L. P.; CONTINGUIBA, G. C. Imigração haitiana para o Brasil: desafios no caminho da educação escolar. **Revista Pedagógica**. Revista do PPGE /

UNOCHAPECÓ. V. 17 N. 33. jul./dez., 2014. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2843>. Acesso em 12/08/2017.

DANTAS, E. M.; MORAIS, I. R. D.; FERNANDES, M. J. C. **Geografia da população**. 2.ed. Natal: EDUFRN, 2011. Disponível em: http://sedis.ufrn.br/bibliotecadigital/site/pdf/geografia/geo_pop_Livro_lva_WEB.pdf. Acesso em: 07/11/2017.

GENTILI, Pablo A. A. (Org.) **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SANTOS, Jair L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMARECSÁNYI, T. (org.) **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1991.

Unidade Curricular: Desenvolvimento Humano, práticas pedagógicas e aprendizagem	CH: 40 h
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer as diferentes teorias da aprendizagem e práticas pedagógicas. • Relacionar as especificidades cognitivas das diferentes possibilidades cognitivas do organismo humano ao longo do ciclo da vida às práticas pedagógicas e a aprendizagem. • Refletir sobre as principais dificuldades de aprendizagem do cotidiano escolar. 	
<p>Conteúdos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teoria construtivista, teoria socioconstrutivista e o desenvolvimento humano; • Estágios e especificidades do desenvolvimento humano e a organização do currículo da Educação Básica; • Práticas pedagógicas e as diferentes fases da vida adulta (jovem, média e tardia); • Reflexões sobre as principais dificuldades de aprendizagem do cotidiano escolar. 	
<p>Metodologia de Abordagem:</p> <p>Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, meios audiovisuais, palestras, trabalhos em grupo, pesquisas realizadas pelos próprios alunos, apresentações orais e escritas. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso, assim como partir da realidade dos educandos para pautar as experiências do processo de ensino-aprendizagem. As aulas terão como base as leituras prévias e interpretação dos textos por parte dos acadêmicos, objetivando qualificar a discussão sobre a temática da aula.</p> <p>Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc.) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem. As atividades propostas na unidade curricular do docente deverão promover a colaboração e cooperação entre os discentes.</p> <p>Além disso, serão encaminhadas atividades não presenciais, tais como: trabalhos e estudos dirigidos, pesquisas, resolução de exercícios, autoavaliações, relatos de experiências e outras atividades que o docente considerar adequadas.</p> <p>A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As</p>	

avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização de seminários e outros exercícios individuais e/ou coletivos, avaliações individuais com questões objetivas e argumentativas, observação dos alunos e outras formas que o professor considerar adequadas.

Bibliografia Básica:

DUARTE, N. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

NADAL, B. G.; RIBAS, M. H. **A dinâmica do ensino-aprendizagem na sala de aula**. Ponta Grossa: UEPG/CEFORTEC, 2005.

VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone Edusp, 1988. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/humanizacao/wp-content/uploads/sites/14/2017/04/VIGOTSKI-Lev-Semenovitch-Linguagem-Desenvolvimento-e-Aprendizagem.pdf>>. Acesso em: 01/07/2017.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, L. R.; MAHONEY, A. A. **Afetividade e aprendizagem**: contribuições de Henri Wallon. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

ARROYO, M. G. (Org.) **Da escola carente à escola possível**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

BECKER, F. **A origem do conhecimento e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DOLL, J.; ROSA, R. T. D. (Org.) **Metodologia de ensino em foco**: práticas e reflexões. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOREIRA, A. F. B.; SILVA, T. T. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Unidade Curricular: Educação para as relações de gênero

CH: 40 h

Objetivos:

- Oportunizar espaços para reflexões e debates sobre a temática gênero e sexualidade na educação, contribuindo para o processo de educação sexual emancipatória, antissexista e não-discriminatória em organizações educativas formais e não formais;
- Desvendar os conceitos de sexualidade, de sexo e de gênero em seus aspectos de construções histórico-cultural, buscando desconstruir preconceitos e mitos;
- Contribuir para a formação de profissionais críticos, que estejam aptos para identificar processos de exclusão e/ou violências de gênero nos diferentes

espaços educativos.

Conteúdos:

- CONCEITOS: Gênero e Sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva;
- ESTUDOS DE GÊNERO E EDUCAÇÃO: história, conceitos e movimentos políticos;
- EDUCAÇÃO, GÊNERO E DIVERSIDADE: Interfaces entre educação sexual, gênero, diversidade, orientação sexual e possibilidades didático-metodológicas para abordagens sobre diversidade de gênero e orientação sexual na escola;
- VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: tipos de violência, processos de exclusão, machismo, sexismo, homofobia, transfobia, dentre outros.

Metodologia de Abordagem:

Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, meios audiovisuais, palestras, trabalhos em grupo, pesquisas realizadas pelos próprios alunos, apresentações orais e escritas. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso, assim como partir da realidade dos educandos para pautar as experiências do processo de ensino-aprendizagem. As aulas terão como base as leituras prévias e interpretação dos textos por parte dos acadêmicos, objetivando qualificar a discussão sobre a temática da aula.

Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc.) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem. As atividades propostas na unidade curricular do docente deverão promover a colaboração e cooperação entre os discentes.

Além disso, serão encaminhadas atividades não presenciais, tais como: trabalhos e estudos dirigidos, pesquisas, resolução de exercícios, autoavaliações, relatos de experiências e outras atividades que o docente considerar adequadas.

A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização de seminários e outros exercícios individuais e/ou coletivos, avaliações individuais com questões objetivas e argumentativas, observação dos alunos e outras formas que o professor considerar adequadas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em 26/08/2017.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Nota Técnica Nº 2/2017/PFDC, de 15 de março de 2017. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/grupos-de-trabalho/direitos-sexuais-e-reprodutivos/atuacao-do-gt/nota-tecnica-2-2017-pfdc>>. Acesso em 20/08/2017.

MELO, S.; POCOVI, R. **Caderno Pedagógico Educação e Sexualidade**. Florianópolis: UDESC/CEAD 2002. Disponível em: <<http://files.geisext.webnode.pt/200000043-4430f452a6/Caderno%20Pedag%C3%B3gico%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e>

[%20Sexualidade%20%E2%80%93%20CEAD%20UDESC.pdf](#)>. Acesso em: 08/11/2017.

MAIA, A. C. B. [et al.]; MAGALHÃES, J.C.; RIBEIRO, P.R.C. (Organizadores) **Educação para sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2014. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/politica-prevencao-as-violencias-na-escola-335/casa-mulher-catarina-udesc/5221-caderno-completo-sead-volume-23-1-1/file>>. Acesso em 08/11/2017.

JUNQUEIRA, R. D. (org). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=171385>. Acesso em 20/10/2017.

PEREIRA, G. R.; BAHIA, A. G. M. F. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia. **Educar em Revista**, Editora UFPR, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 51-71, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n39/n39a05.pdf>>. Acesso 20/07/2017.

PARANÁ. Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade sexual da Secretaria do Estado da Educação do Paraná. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf>. Acesso em 09.10.2017.

MINAS GERAIS, Diretrizes da Educação para as Relações de Gênero da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, 2015. Disponível em http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20150423150543.pdf. Acesso em 09.10.2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FURLANI, J. (Org.). **Educação sexual na escola**: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: UDESC (Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina); SECAD/Ministério da Educação, 2008.

GIDDENS, A. Sexualidade e gênero. In: GIDDENS, A. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 20/10/2017.

CONSULTAS: LINKS, FILMES

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão: www.portal.mec.gov.br/secad>

Agende: ações me gênero, cidadania e desenvolvimento (www.agende.org.br)

Biblioteca digital do CLAM: www.clam.org.br

CFEMEA: Centro Feminista de Estudo e Assessoria: www.cfemea.org.br
 Ecos Comunicação e Sexualidade: WWW.ecos.org.br
 Video-aulas: Gênero e Diversidade na Escola (UFSC): https://www.youtube.com/playlist?list=PLzBTv1wWZ0_eABvowlip5nrH87YNXhmHR
 Filmes: “A vida em branco e preto” (Direção: Gary Ross, EUA, 1998), “Billy Elliot” (Inglaterra/França, 2000), “Sexo sem vergonha” (Produção Ecos, Brasil, 1991), “Retratos de mulher” (Direção: Carmen Barroso, Brasil, Fundação Carlos Chagas), “Kinsey: vamos falar de sexo” (EUA, 2004), “Meninos não choram” (EUA, 1999) <https://www.youtube.com/watch?v=ENeFTJ9R7Yc>

Unidade Curricular: Pessoas com deficiência e a perspectiva da educação inclusiva	CH: 20 h
--	-----------------

Objetivos:

- Traçar um panorama da Educação Inclusiva, discutir sua história e a legislação brasileira;
- Problematizar as noções de inclusão/exclusão, diferença, igualdade, singularidade e deficiência;
- Debater os discursos da inclusão, as políticas educacionais e os contextos educativos: contribuições, desafios e repercussões para práticas educativas e de escolarização, envolvendo pessoas com deficiência.

Conteúdos:

- História e os paradigmas da educação especial, da educação integrativa e da educação inclusiva no Brasil;
- Legislação atual da educação inclusiva nas Diretrizes Nacionais para a Educação Básica;
- Os processos de implementação e execução da proposta de educação inclusiva no sistema escolar;
- Educação inclusiva, os limites e desafios na formação e nas práticas pedagógicas dos professores

Metodologia de Abordagem:

Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, meios audiovisuais, palestras, trabalhos em grupo, pesquisas realizadas pelos próprios alunos, apresentações orais e escritas. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso, assim como partir da realidade dos educandos para pautar as experiências do processo de ensino-aprendizagem. As aulas terão como base as leituras prévias e interpretação dos textos por parte dos acadêmicos, objetivando qualificar a discussão sobre a temática da aula.

Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc.) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem. As atividades propostas na unidade curricular do docente deverão promover a colaboração e cooperação entre os discentes.

Além disso, serão encaminhadas atividades não presenciais, tais como: trabalhos e estudos dirigidos, pesquisas, resolução de exercícios, autoavaliações, relatos de experiências e outras atividades que o docente considerar adequadas.

A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As

avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização de seminários e outros exercícios individuais e/ou coletivos, avaliações individuais com questões objetivas e argumentativas, observação dos alunos e outras formas que o professor considerar adequadas.

Bibliografia Básica:

BAPTISTA, C. R. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. In: **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília., Marília, Maio-Ago. v.17, p.59-76, 2011. Edição Especial.

DINIZ, D. **O que é deficiência?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007. Disponível em: <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/2016/page/texto_o_que_e_deficiencia-2.pdf>. Acesso em 08/11/2017.

KASSAR, M. C. M. (Org.) **Diálogos com a diversidade:** desafios da formação de educadores na contemporaneidade. Campinas/SP : 2010. p. 55-75.

GARCIA, R. M. C. Políticas para a Educação Especial e as Formas Organizativas do Trabalho Pedagógico. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Set.-Dez. v.12, n.3, p.299-316, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v12n3/01.pdf>>. Acesso em 25/10/2017.

GIDDENS, A. Saúde, doença, deficiência. In: GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. rev. E atual. Porto Alegre: Penso, 2012.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Especial. Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial. Brasília: MEC. 1995. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002303.pdf>>. Acesso em: 08/11/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 08/11/2017.

BRASIL, Lei 13.146 - De 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 10/10/2017.

SANCHES, I. Compreender, agir, mudar, incluir. Da investigação-acção à educação inclusiva. **Revista Lusófona de Educação**. Número. 5 pp. 127 – 142, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/1>>. Acesso em 10/10/2017.

Unidade Curricular: Educação para as Relações Étnico-Raciais

CH: 40 h

Objetivos:

- Conhecer os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade e diferença.

- Delinear os grupos étnicos “minoritários” e processos de colonização e pós-colonização, no contexto da História do Brasil e de Santa Catarina.
- Estudar as Políticas Afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em Educação.
- Compreender historicamente a construção social do racismo, da discriminação e dos movimentos sociais anti-racistas no Brasil e em Santa Catarina.
- Conhecer pesquisas em educação na área da Educação e das relações Étnico-raciais.
- Problematicar metodologias de abordagem da diversidade étnica nas escolas.

Conteúdos:

- Debate sobre a construção de um processo educacional voltado para a diversidade e a pluralidade cultural na sociedade brasileira;
- História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Resistências, visibilidades e protagonismos no Brasil e em Santa Catarina;
- Aspectos das diferentes culturas que compõe a sociedade brasileira e o Planalto Norte Catarinense, tendo como foco principal os grupos minoritários;
- Iniciativas de políticas públicas voltadas para a inclusão social e igualdade racial e os grupos minoritários da sociedade brasileira e do Planalto Norte de Santa Catarina;
- Estratégias para superação do racismo na escola.

Metodologia de Abordagem:

Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, meios audiovisuais, palestras, trabalhos em grupo, pesquisas realizadas pelos próprios alunos, apresentações orais e escritas. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso, assim como partir da realidade dos educandos para pautar as experiências do processo de ensino-aprendizagem. As aulas terão como base as leituras prévias e interpretação dos textos por parte dos acadêmicos, objetivando qualificar a discussão sobre a temática da aula.

Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc.) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem. As atividades propostas na unidade curricular do docente deverão promover a colaboração e cooperação entre os discentes.

Além disso, serão encaminhadas atividades não presenciais, tais como: trabalhos e estudos dirigidos, pesquisas, resolução de exercícios, autoavaliações, relatos de experiências e outras atividades que o docente considerar adequadas.

A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização de seminários e outros exercícios individuais e/ou coletivos, avaliações individuais com questões objetivas e argumentativas, observação dos alunos e outras formas que o professor considerar adequadas.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, C. M. M., (1993). **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BRIGHENTI, C. A.; OLIVEIRA, O. **Espaço, memória e territorialidade**: as terras indígenas em Santa Catarina. Cadernos do CEOM. Ano 20, nº 27. – Chapecó - SC. 2007, p. 21-42. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/1994>>. Acesso em 08/11/2017.

BRASIL, Lei 10.639 - De 9 de Janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 10/10/ 2017.

_____. Lei 11.645 – De 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em 10/10/2017.

CORDEIRO, E. **Política indigenista brasileira e promoção internacional dos direitos das populações indígenas**. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

SILVA, P. B. G.; BARBOSA, L. M. A. **Pensamentos Negros em Educação**: expressões do Movimento Negro. São Carlos: Ed. da Universidade Federal de São Carlos, 1997.

MUNANGA, K. (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 1999.

PEREIRA, E. A. **Malungos na escola**: questões sobre culturas afrodescentes em educação. São Paulo: Paulinas, 2007.

Bibliografia Complementar:

BARCELOS, L. C. Educação e desigualdades raciais no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 86 p. 15-24, ago. 1993. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/935>>. Acesso em 20/10/2017.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classe**. Vol. 1 – Ensaio de interpretação sociológica. 5.ed. São Paulo: Ed. Globo, 2008. Disponível em: <<https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/florestan-fernandes-a-integrac3a7c3a3o-do-negro-na-sociedade-de-classes-vol-i-o-legado-da-rac3a7a-branca.pdf>>. Acesso em 08/11/2017.

LAZARIN, K. M. **Fanáticos, rebeldes e caboclos**: discursos e invenções sobre diferentes sujeitos. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102399>>. Acesso em 20/10/2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância. Cadernos TV Escola, **Índios do Brasil**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me001985.pdf>>. Acesso em 20/10/2017.

Unidade Curricular: Saúde e qualidade de vida para a diversidade

CH: 20 h

Objetivos:

- Problematizar a realidade da educação e saúde nos dias atuais como forma de entender, interagir e comprometer-se com a vida e o viver em comunidade;

- Discutir como os diferentes indivíduos e grupos se relacionam com as esferas da saúde e da qualidade de vida;
- Tematizar as desigualdades sociais como determinantes das diversas formas de adoecimento, bem como o seu impacto nas realidades de gênero, geração, etnia, e orientação sexual na saúde.

Conteúdos:

- Histórico, conceito e propostas da educação em saúde;
- A importância dos serviços de saúde na perpetuação ou reversão de desigualdades sociais e sua interface com a diversidade;
- A noção de vulnerabilidade na educação em saúde e o re-posicionamento do educador: da simples prática educativa ao ativismo em saúde;
- Espaço escolar: PPP, estratégias, ações e projetos de intervenção para promoção da saúde escolar para a diversidade e inclusão;
- Papel dos sujeitos sociais na reivindicação da saúde, da qualidade de vida e na construção de uma sociedade plural e inclusiva.

Metodologia de Abordagem:

Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, meios audiovisuais, palestras, trabalhos em grupo, pesquisas realizadas pelos próprios alunos, apresentações orais e escritas. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso, assim como partir da realidade dos educandos para pautar as experiências do processo de ensino-aprendizagem. As aulas terão como base as leituras prévias e interpretação dos textos por parte dos acadêmicos, objetivando qualificar a discussão sobre a temática da aula.

Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc.) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem. As atividades propostas na unidade curricular do docente deverão promover a colaboração e cooperação entre os discentes.

Além disso, serão encaminhadas atividades não presenciais, tais como: trabalhos e estudos dirigidos, pesquisas, resolução de exercícios, autoavaliações, relatos de experiências e outras atividades que o docente considerar adequadas.

A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização de seminários e outros exercícios individuais e/ou coletivos, avaliações individuais com questões objetivas e argumentativas, observação dos alunos e outras formas que o professor considerar adequadas.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, M. I. **Educação para a saúde**: guia para professores e educadores. Lisboa: Texto, 1995.

BUSS, P. M. Promoção e educação em saúde no âmbito da Escola de Governo em Saúde da Escola Nacional. **Caderno Saúde Pública (online)**, v.15, supl. 2, p.177-185, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v15s2/1299.pdf>>. Acesso em: 15/07 2017.

DINIZ, M. C. P.; OLIVEIRA, T. C.; SCHALL, V. T. Saúde, como compreensão de vida: avaliação para inovação na educação em saúde para o ensino fundamental. **Revista Ensaio – Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 12, n. 1, p. 119-144, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epec/v12n1/1983-2117-epec-12-01-00119.pdf>>. Acesso em 23/10/2017.

LOUREIRO, C. F. B. A educação em saúde na formação do educador. **Revista Brasileira de Saúde Escolar**, v. 4, n. 3/4, pp. 44-57, 1996.

Bibliografia Complementar:

SEIDL, E. M. F.; ZANNON, C.M.L.C. **Qualidade de vida e saúde**: aspectos conceituais e metodológicos. *Cad. Saúde Pública* [on line], v. 20 n. 2, pp. 580-588, 2004. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v20n2/27.pdf>>. Acesso em 28/10/2017.

SCHALL, V. T.; STRUCHINER, M. Educação em Saúde: novas perspectivas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 4, nov. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v15s2/1282.pdf>>. Acesso em 08/11/2017.

Unidade Curricular: Seminários de Educação e diversidade	CH: 20 h
Objetivos:	
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentação de seminários pelos pós-graduandos, com objetivo de qualificar as suas pesquisas específicas sobre ligada a temática mais geral da Educação e Diversidade. • Debater e refletir coletivamente os projetos e pesquisas em desenvolvimento pelos acadêmicos do curso. 	
Conteúdos:	
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar criticamente os projetos e pesquisas em andamento a serem apresentados pelos alunos e suas aplicações na prática docente, aproveitando esses momentos para troca de experiências e socialização de propostas, atividades, materiais e qualificação do trabalho de pesquisa em percurso. • Organizar e orientar seminários com os alunos da pós-graduação, qualificando as propostas e trabalhos de pesquisa em educação e diversidade. 	
Metodologia de Abordagem:	
<p>Será exposto o conteúdo de forma verbal, através de debates, seminários realizados pelos próprios alunos sobre as suas pesquisas em andamento, devendo os mesmos disponibilizar de forma antecipada seus materiais para a apreciação coletiva da turma e do professor. Buscar-se-á o diálogo com outras disciplinas do curso e a reflexão crítica e coletiva sobre os aspectos teórico-metodológicos dos projetos e pesquisas em desenvolvimento.</p> <p>Destacamos que 20% da carga horária poderá ser desenvolvida na modalidade a distância, onde os conteúdos e a interação do professor com os alunos e destes com seus colegas se dará através de ambientes virtuais de ensino-aprendizagem. A mediação pedagógica da unidade curricular se fará por intermédio das ferramentas de interação (chat, fórum, e-mail etc,) presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem.</p> <p>A avaliação aqui é entendida enquanto um processo contínuo, que auxilia o docente para reelaborar sua postura e sua didática frente aos acadêmicos. Portanto será um instrumento eficaz para levantar o nível do processo de ensino-aprendizagem. As avaliações priorizarão os aspectos qualitativos aos quantitativos e poderão ser: a produção de textos dissertativos, a realização dos seminários, observação dos alunos e</p>	

outras formas que o professor considerar adequadas.

Bibliografia Básica:

FAZENDA, I. (Org.); SILVA JUNIOR, C. A. [et al.]. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA; R. A. T. (Orgs.); ZANTEN, A. V. [et al.]. **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Bibliografia Complementar:

NOSELLA, P. Ética e Pesquisa. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29 n. 102 pp. 255-273 jan/abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a1329102>>. Acesso em 20/10/2017.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da Pesquisa-Ação. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p483-502, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27991/29775>>. Acesso em 10/03/2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

4.4 Atividades complementares

São atividades complementares do curso aquelas realizadas fora da matriz curricular que contribuam na formação e no aprimoramento pessoal e profissional do aluno.

As atividades complementares podem ser realizadas a qualquer momento, inclusive durante as férias escolares, desde que respeitados os regulamentos estabelecidos neste documento.

A partir do ingresso do aluno no curso, este deverá obrigatoriamente: participar de pelo menos dois eventos científicos como ouvinte e assistir, pelo menos, a duas bancas de defesa em nível de especialização.

O cumprimento dessas atividades é requisito para agendamento da defesa de TCC.

4.5 Avaliação do Processo Ensino Aprendizagem

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (2015-2019) entende a avaliação em educação como um ato diagnóstico, um processo contínuo e que deve ter por objetivo a inclusão dos sujeitos. Nesta perspectiva a avaliação é, a um só tempo, instrumento para subsidiar ações pedagógicas que objetivem garantir o Direito de Aprendizagem, como também de reflexão coletiva e democrática acerca da adequação do currículo à Missão, Visão e aos Valores que delineiam o perfil da instituição e as suas ações de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Assim, quanto a Avaliação da Aprendizagem, a construção de diagnósticos que subsidiem professores e alunos na construção de metodologias que busquem a garantia do Direito de Aprendizagem, em cada Unidade Curricular, poderão ser utilizadas

diferentes estratégias de coleta de dados: trabalhos em equipe, pesquisas, questionário dirigidos, projetos, estudo de caso, relatórios. A sistematização destes e a proposição de ações será realizada de forma colaborativa, com protagonismo de professores e alunos.

Na primeira aula, o professor deverá apresentar aos discentes o Plano de Ensino de sua Unidade Curricular, detalhando os mecanismos de avaliação que utilizará.

A avaliação será realizada, em cada componente curricular, considerando os objetivos ou competências propostos no plano de ensino. A este respeito, o resultado da avaliação será registrado em valores inteiros de 0 (zero) a 10 (dez), sendo que o resultado mínimo para aprovação em um componente curricular é 6 (seis).

Quanto à frequência, o aluno que comparecer a menos de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária estabelecida no PPC para o componente curricular será atribuído o valor 0 (zero).

O registro parcial de cada componente curricular será realizado pelo professor no diário de classe na forma de valores inteiros de 0 (zero) a 10 (dez). A decisão do resultado final, pelo professor, dependerá da análise do conjunto de avaliações e do desenvolvimento do aluno.

4.6 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório, com carga horária de 60 horas. Consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, produzidos na área do Curso, como resultado do trabalho de pesquisa, investigação científica e extensão, tendo como pré-requisito a Unidade Curricular de Pesquisa e Produção do Conhecimento. Nesta Unidade Curricular o aluno terá os subsídios para desenvolver um projeto de pesquisa-ação no decorrer do curso e que será acompanhado por um professor orientador.

O TCC tem por finalidade estimular o aprofundamento dos conhecimentos e o espírito questionador do acadêmico, fundamentais para o desenvolvimento da ciência. Será caracterizado pela elaboração de um gênero de discurso (monografia, relatório de pesquisa de campo, relatório de atividade de extensão, artigo científico), o qual será definido entre os pares (orientador/aluno).

Além disso, o TCC é um trabalho acadêmico que articula a pesquisa de campo e bibliográfica entorno de uma problemática científica de escolha, interesse ou descoberta do aluno. O trabalho pode ser teórico, documental ou de campo, a depender do objeto e delimitação do estudo. Evidencia, assim, a capacidade de refletir, reunir e redigir um texto que expresse o conhecimento obtido durante o curso.

O aluno poderá apresentar o TCC apenas quando finalizar a carga horária total (360 horas) das disciplinas do curso. Após isso, terá um prazo máximo de seis meses para elaborar o TCC que deverá ser redigido de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O TCC será orientado por um dos professores integrantes do curso. O aluno deverá enviar 3 cópias do TCC para a Coordenação, no prazo mínimo de 30 dias, antes da apresentação do TCC à banca.

O TCC será avaliado por uma Comissão Examinadora escolhida pelo Coordenador de Curso e composta pelo professor orientador do TCC, e no mínimo mais dois participantes que deverão ser portadores de, no mínimo, o título de especialista. A comissão examinadora será presidida pelo orientador do TCC. A data para a apresentação do TCC será fixada pelo Coordenador do Curso de comum acordo com o

orientador e ocorrerá entre 15 (quinze) e 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da recepção, pela Coordenadoria, dos exemplares mencionados.

A nota mínima a ser atingida pelo discente na defesa do TCC e para a aprovação da banca examinadora é 6 (seis). O discente, após a apresentação do TCC, deverá entregar no prazo máximo de 1 (um) mês, 2 (dois) exemplares da versão final do TCC, com as devidas correções, sendo: uma cópia física, a ser disponibilizada na biblioteca do Câmpus do Curso, e uma cópia digital a ser publicada no site do IFSC.

4.7 Atividades de Tutoria (para cursos EAD)

Não se aplica.

4.8 Critérios de aproveitamento de unidades curriculares cursadas anteriormente

Em consonância com o que apregoa as resoluções CEPE/IFSC nº 105 de 18 de agosto de 2011 republicada em 01 de março de 2016 e a de nº 41, de 20 de novembro de 2014, o aproveitamento das unidades curriculares cursadas anteriormente dar-se-á da seguinte maneira:

- a) O discente deverá solicitar a validação do componente curricular, via formulário de requerimento de validação, junto à Coordenadoria de Curso, dentro do prazo estipulado no calendário acadêmico;
- b) Para a aceitação da validação, o programa do componente curricular cursado deverá contemplar no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do componente a ser validado. Além disso, a carga horária do componente curricular cursado deverá corresponder a no mínimo a 75% (setenta e cinco por cento) do componente a ser validado;
- c) Da data do pedido até o resultado, o aluno deverá frequentar as aulas do(s) componente(s) curricular(es) que houver solicitado a validação;
- d) A Coordenadoria de Curso poderá solicitar documentação complementar ao solicitante;
- e) No caso de deferimento o resultado será registrado no sistema acadêmico fazendo parte dos documentos oficiais do aluno;
- f) Poderá ser validado o componente curricular anteriormente cursado pelo discente, desde que tenha obtido aprovação, que foram realizados anteriormente em outros cursos de nível semelhante, com componente(s) curricular(es) da Estrutura Curricular do Curso;
- g) O(s) componente(s) curricular(es) cursado(s) em Cursos de Pós-Graduação, nesta ou em outra(s) IES só serão aceitos até um limite de 30% (trinta por cento) do total de horas do Curso ;
- h) Para ser validado é necessário que o(s) componente(s) curricular(es) tenha(m) sido cursado(s) nos últimos 5 (cinco) anos;
- i) Quando o(s) componente(s) curricular(es) tiver(em) sido cursado(s) em outra IES, no histórico escolar do discente deverão ser observadas as seguintes normas:
 - I. serão computados os créditos ou horas-aula equivalentes, na forma disposta nos

artigos 17, 18 e 19, da resolução supracitada;

II. será anotado o conceito APROVADO;

III. será feita menção à IES onde cada componente foi cursado, o nome e a titulação do corpo docente responsável.

j) A avaliação da equivalência será feita por uma comissão designada pelo Coordenador de Curso, contendo no mínimo dois docentes incluindo o(s) docente(s) do curso responsável(is) pelo(s) componente(s) curricular(es) a ser(em) avaliado(s).

4.9 Incentivo a pesquisa, a extensão e a produção científica e tecnológica

Dentre os mais variados espaços onde a construção do conhecimento é pautada, as instituições de ensino tem um papel primordial no desenvolvimento humano, científico-tecnológico e social. Para que as instituições alcancem a excelência educacional terão que contemplar a formação de profissionais de maneira ampliada e integrada, propiciadas pela articulação entre o ensino, pesquisa e extensão. A concretização deste princípio, segundo o artigo 6º da lei 11.892/08, pressupõe formar profissionais que:

- tenham um perfil investigativo capaz de identificar e propor soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- busquem a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- desenvolvam o espírito crítico voltado a investigação empírica;
- promovam o desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- realizem pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- promovam o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais.

Desta maneira, serão desenvolvidas ações que promovam o incentivo às produções escritas e publicação em eventos acadêmico-científicos com a temática da área educacional, publicação de periódicos, capítulos de livros ou livros. Além disso, serão estimulados a desenvolverem a “pesquisa-ação” em seus ambientes de trabalho, sempre com o foco no desenvolvimento local e regional. No tocante as atividades de extensão, buscar-se-á a participação em ações que envolvam o IFSC, comunidade externa e interna.

5. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

5.1 Coordenador do Curso

Nome	Titulação		Regime de Trabalho
	Graduação	Pós-Graduação	
Vilson Cesar Schenato Email: vilson.cesar@ifsc.edu.br Telefone: (47) 99183-0286	Ciências Sociais	Doutorado em Ciências Sociais	40H/DE

5.2 Corpo Docente

		Titulação	
--	--	-----------	--

Unidade Curricular	Docente	Graduação	Pós-graduação	Instituição
Pesquisa e produção do conhecimento I	Luciana Vargas Rossani	Licenciatura em Letras - Espanhol	Mestrado em Estudos Linguísticos	IFSC
	Jorge Armindo Sell	Licenciatura em Filosofia	Mestrado em Filosofia	IFSC
Sujeitos da diversidade: pluralidade cultural e educação	Luciana Vargas Rossani	Licenciatura em Letras - Espanhol	Mestrado em Estudos Linguísticos	IFSC
	Vilson Cesar Schenato	Licenciatura em Ciências Sociais	Doutorado em Ciências Sociais	IFSC
Direitos humanos e cidadania	Vilson Cesar Schenato	Licenciatura em Ciências Sociais	Doutorado em Ciências Sociais	IFSC
	Jorge Armindo Sell	Licenciatura em Filosofia	Mestrado em Filosofia	IFSC
Educação de jovens e adultos	Joel José de Souza	Licenciatura em Geografia	Doutorado em Geografia	IFSC
	Cícero Santiago de Oliveira	Licenciatura em História	Mestrado em Educação	IFSC
Educação do campo	Vilson Cesar Schenato	Licenciatura em Ciências Sociais	Doutorado em Ciências Sociais	IFSC
	Joel José de Souza	Licenciatura em Geografia	Doutorado em Geografia	IFSC
Pesquisa e produção do conhecimento II	Jorge Armindo Sell	Licenciatura em Filosofia	Mestrado em Filosofia	IFSC
	Eliane Cavalheiro	Licenciatura em Letras - Inglês	Mestrado em Linguística	IFSC
Populações migrantes e desafios educacionais	Joel José de Souza	Licenciatura em Geografia	Doutorado em Geografia	IFSC
	Eliane Cavalheiro	Licenciatura em Letras - Inglês	Mestrado em Linguística	IFSC
Desenvolvimento humano, práticas pedagógicas e aprendizagem	Jorge Armindo Sell	Licenciatura em Filosofia	Mestrado em Filosofia	IFSC
	Cícero Santiago de Oliveira	Licenciatura em História	Mestrado em Educação	IFSC

Educação para as relações de gênero	Micheline Raquel de Barros	Licenciatura em Educação Artística	Mestrado em Educação	IFSC
	Eliane Cavalheiro	Licenciatura em Letras - Inglês	Mestrado em Linguística	IFSC
Pessoas com deficiência e a perspectiva da educação inclusiva	Maristela Milanski	Licenciatura em Educação Física	Mestrado em Ciências da Saúde	IFSC IFSC
Educação para as relações étnico-raciais	Cícero Santiago de Oliveira	Licenciatura em História	Mestrado em Educação	IFSC
	Micheline Raquel de Barros	Licenciatura em Educação Artística	Mestrado em Educação	IFSC
Saúde e qualidade de vida para a diversidade	Maristela Milanski	Licenciatura em Educação Física	Mestrado em Ciências da Saúde	IFSC IFSC
Seminários de educação e diversidade	Vilson Cesar Schenato	Licenciatura em Ciências Sociais	Doutorado em Ciências Sociais	IFSC
Orientação/Elaboração de TCC	Vilson Cesar Schenato	Licenciatura em Ciências Sociais	Doutorado em Ciências Sociais	IFSC
	Corpo docente do Curso			IFSC

5.3 Colegiado do Curso

O Colegiado de Curso é um órgão de caráter consultivo e tem por objetivo garantir a transparência e democracia na tomada de decisões no âmbito do curso. Esse grupo é composto por eleição e se reúne regularmente duas vezes por semestre ou em sessões extraordinárias, nas quais são discutidos e decididos assuntos pertinentes ao curso.

O Colegiado de Curso é constituído por:

- I. coordenador do Curso;
- II. 20% do total de professores do curso;
- III. um técnico-administrativo em educação; e
- IV. representantes do corpo discente do curso, na proporção de um discente para quatro docentes desse Colegiado.

O colegiado do Curso de Especialização em Educação e Diversidade será constituído a partir do ingresso da primeira turma e será regulamentado por Regimento Interno aprovado no colegiado do IFSC – câmpus Canoinhas, tendo como base a legislação vigente. A composição do Colegiado será feita mediante eleição no primeiro semestre de funcionamento do curso.

Caberá ao Colegiado de Curso:

- I. analisar, avaliar e propor alterações ao Projeto Pedagógico do Curso;
- II. acompanhar processo de reestruturação curricular;
- III. propor e/ou validar a realização de atividades complementares do Curso;

- IV. acompanhar os processos de avaliação do Curso;
- V. decidir, em primeira instância, recursos referentes à matrícula, à validação de componentes curriculares e à transferência de curso;
- VI. acompanhar o cumprimento de suas decisões;
- VII. propor alterações no Regulamento do Colegiado do Curso;
- IX. exercer as demais atribuições conferidas pela legislação em vigor.

6. INFRAESTRUTURA FÍSICA

6.1 – Instalações gerais e equipamentos

Os setores de atendimento ao discente contam com janelas para ventilação e iluminação naturais. Há ar-condicionado nos seguintes setores: registro acadêmico, coordenadoria de assistência ao discente, departamento de ensino, pesquisa e extensão. A iluminação artificial é composta por luzes frias.

SETOR	Metragem	MOBÍLIA E EQUIPAMENTOS
Secretaria acadêmica	55,43 m ²	<ul style="list-style-type: none"> • 2 mesas; • 2 cadeiras; • 2 armários; • 2 computadores; • 1 impressora colorida; • 1 balcão de atendimento; • 1 longarina; • 1 telefone; • 1 cabine com 1 computador (uso do público para inscrições)
Coordenadoria de assistência ao discente	28,38 m ²	<ul style="list-style-type: none"> • 4 mesas; • 8 cadeiras; • 2 armários; • 4 computadores; • 1 notebook; • 1 projetor.
Sala de atendimento do Núcleo Pedagógico	9,57 m ²	<ul style="list-style-type: none"> • 2 poltronas; • 1 mesa; • 1 armário; • 1 cadeira
Sala do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão	32,94 m ²	<ul style="list-style-type: none"> • 3 mesas; • 6 cadeiras; • 4 armários; • 3 gaveteiros; • 1 frigobar; • 1 telefone; • 3 computadores.
Registro Acadêmico	45,73m ²	<ul style="list-style-type: none"> • 2 mesas; • 3 cadeiras; • 6 armários; • 1 gaveteiro; • 1 bebedouro; • 1 telefone;

		• 1 computador.
Espaço de reprografia (uso dos servidores)	19,76m ²	• 1 armário; • 1 impressora.
Sala de coordenação de curso	30m ²	• 4 estações de trabalho completas

6.1.2 Sala de professores e salas de reuniões

Há quatro salas de professores, nas quais cada professor conta com uma estação de trabalho com mesa, cadeira e computador. As salas possuem ar-condicionado e janelas para ventilação e iluminação natural.

SETOR	Metragem	MOBÍLIA E EQUIPAMENTOS
Sala de professores 1	82,65m ²	• 10 estações de trabalho; • 1 mesa; • 1 telefone; • 10 armários; • 1 estante; • 5 gaveteiros; • 1 frigobar; • 1 bebedouro.
Sala de professores 2	66,36m ²	• 8 estações de trabalho • 2 mesas com 2 cadeiras; • 9 armários; • 8 gaveteiros; • 1 frigobar; • 1 bebedouro; • 1 quadro branco.
Sala de professores 3	56,76m ²	• 20 estações de trabalho; • 2 computadores; • 1 armário; • 1 ar-condicionado.
Sala de professores 4	56,76m ²	• 8 mesas; • 6 cadeiras; • 1 armário; • 1 ar-condicionado.
Sala de atendimento e orientação dos discentes.	32,94 m ²	• 3 mesas; • 5 cadeiras; • 1 ar-condicionado.
Sala de reuniões	50,86m ²	• 1 mesa grande; • 20 cadeiras; • 1 ar-condicionado.

6.1.3 Salas de aula

As salas possuem janelas para ventilação e iluminação natural adequadas. A iluminação artificial é composta por luzes frias. O câmpus conta com a Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação, responsável, entre outras funções, pela guarda e manutenção dos equipamentos eletrônicos disponíveis para o uso em sala de aula.

Existem 9 lousas digitais, 17 projetores e 25 notebooks.

SETOR	Metragem	MOBÍLIA E EQUIPAMENTOS
8 Salas de aula tipo 1	56,84m ²	<ul style="list-style-type: none"> • 1 mesa de professor; • 1 quadro branco; • 1 tela de projeção; • 40 carteiras.
3 Salas de aula tipo 2	70,79m ²	<ul style="list-style-type: none"> • 1 mesa de professor; • 1 quadro branco; • 1 tela de projeção; • 60 carteiras.
Laboratório de Informática	70,79m ²	• 30 estações de trabalhos completos.

6.2 Polos de apoio presencial ou estrutura multicampi (para cursos EAD)

Não se aplica.

6.3 Sala de tutoria (para cursos EAD)

Não se aplica.

6.4 Suportes midiáticos (para cursos EAD)

Será utilizado Ambiente Virtual de Aprendizagem disponibilizado pelo IFSC (Plataforma *Moodle* e/ou o SIGAA) para contemplar 20 % da formação a distância em todas as unidades curriculares. Nos casos onde haja a necessidade de infraestrutura para as atividades em EAD será utilizado o laboratório de informática descrito no item 6.1.3.

6.5 Biblioteca

A biblioteca iniciou suas atividades juntamente ao início das aulas do IFSC em Canoinhas no dia 14 de fevereiro de 2011. Ela possui uma área total de 300 m², suas paredes são todas envidraçadas com película, e na parte de cima dos vidros possuem janelas. A biblioteca é aberta a comunidade acadêmica e geral, todos podem usar seu espaço e acervo. O serviço de empréstimo fica reservado a comunidade acadêmica. A biblioteca conta com uma Bibliotecária e duas Auxiliares de Biblioteca.

O horário de atendimento da biblioteca é das 13h às 22h de segunda-feira a sexta-feira. A biblioteca conta com o acervo de: 750 títulos, 1837 exemplares de livros, 172 exemplares de revistas, 41 CDs, 24 portfólios. A biblioteca possui acesso on-line às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Possui acesso ao portal de periódicos Capes. Oferece acesso à internet sem fio.

O mobiliário do salão de leitura possui 1 ar-condicionado, 10 estantes de guarda-volumes, 12 mesas, 54 cadeiras, 51 estantes, 2 armários, 1 computador para consulta ao acervo, 3 para uso dos funcionários, 2 estantes expositoras, 1 estante para CD e DVD-ROM. O laboratório de informática da Biblioteca conta com um arcondicionado, 10 cadeiras, 10 computadores com acesso à internet, 5 mesas quadradas.

A sala de estudo individual possui 9 mesas de estudo individual, 9 cadeiras. A sala de

multimeios possui 5 mesas, 20 cadeiras, uma televisão, uma caixa de som e 2 armários. Os serviços oferecidos pela biblioteca são: empréstimo domiciliar; acesso à internet para pesquisa acadêmica; levantamento bibliográfico; serviço de referência; orientação para normalização de trabalhos acadêmicos; visitas orientadas; lista de novas aquisições; elaboração de fichas catalográficas institucionais; capacitação de usuário. Serviços on-line são: renovação de empréstimo; reserva de materiais; consulta on-line do acervo.

Local	Área (m ²)	Iluminação	Ventilação	Mobiliário	Equipamentos
BIBLIOTECA	310	64 lâmpadas fluorescentes de 32 W	30 janelas de 100x40cm	_____	Notebook: 01 Desumidificadores: 02
SALA DE ESTUDO INDIVIDUAL	10	8 lâmpadas fluorescentes de 32 W	02 janelas de 100x40cm	09 cabines 09 cadeiras	_____
SALA DE MULTIMEIOS	40	12 lâmpadas fluorescentes de 32 W	02 janelas de 100x40cm	Armário duas portas, 70 cm de altura: 01 Armário duas portas, 2 m de altura: 02 Mesas redondas: 05 com capacidade para 4 cadeiras Cadeiras: 24	Computador interativo: 01 Televisor LCD LED 32 polegadas: 01 Amplificador de som: 01
SALA DE INFORMÁTICA	15	12 lâmpadas fluorescentes de 32 W	02 janelas de 100x40cm	Mesa para computador: 05 Cadeiras: 14	Computador :10 Ar-condicionado: 01
SALA DE PROCESSAMENTO TÉCNICO	15	12 lâmpadas fluorescentes de 32 W	14 janelas de 100x40cm	Estante Wall: 05 Estante: 01 Cadeiras com apoio de braço para funcionários: 01 Gaveteiro misto (aço e madeira): 02 Armário duas portas, madeira 90 cm altura: 02 Carrinhos para transporte de livros em laço: 03 Armários de aço, 1.85m de altura: 02 Armário guarda-volume: 01 com 3 portas Poltrona: 01 Puff:	Impressora HP PhotoSmart Premium, multifuncional colorida, Impressora, scanner, copiadora: 01 Computador: 01 Aparelho telefônico: 01 Bebedouro: 01

Local	Área (m ²)	Iluminação	Ventilação	Mobiliário	Equipamentos
				01 Cadeira: 03 Mesa redonda: 01	
ESPAÇO PARA ATENDIMENTO AO USUÁRIO	4	8 lâmpadas fluorescentes de 32 W	04 janelas de 100x40cm	Armários guarda volumes em aço: 05 com 5 portas e 5 com 3 portas Mesa para atendimento ao usuário: 02 Cadeiras com apoio de braço para funcionários: 02 Gaveteiro misto (aço e madeira): 02 Cadeira para usuários: 03	Computador: 02 Computador para consulta ao acervo: 01 Aparelho telefônico: 01 Leitores Ópticos: 02
SALÃO DE LEITURA	112	22 lâmpadas fluorescentes de 32 W	04 janelas de 100x40cm	Expositor de livros e periódicos: 02 Poltronas: 03 Puffs: 05 Sofa 2 lugares: 01 Mesas redondas no salão de leitura: 11 mesas c/capacidade p/4 cadeiras Cadeiras: 44	Ar-condicionado: 01
ESPAÇO PARA O ACERVO	112	45 lâmpadas fluorescentes de 32 W	06 janelas de 100x40cm	Estante Wall para periódicos: 11 Estante para acervo geral: 42 Estantes para CD's: 1	Ar-condicionado: 01

7. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

A Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso será realizada de modo colaborativo e envolverá o colegiado de professores do curso, representantes dos alunos e membros da equipe multidisciplinar da Coordenadoria Pedagógica do Campus. Para tanto, poderão ser construídos instrumentos diversos que subsidiem a discussão pública em espaços construídos exclusivamente para este fim, como plenárias, conselhos e

seminários para subsidiar a tomada de decisões. A produção e sistematização de informações para debate deverão considerar os seguintes recursos:

- Autoavaliação semestral a ser realizada pelos profissionais que atuam no curso;
- Questionário de avaliação do curso a ser realizado pelos alunos semestralmente;
- Seminário de avaliação semestral, com a participação do conjunto da comunidade acadêmica e aberto a representações de entidades e instituições ligadas ao campo educacional, tais como secretarias de educação, conselhos de educação e organizações de classe dos trabalhadores em educação.

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso deverá observar a legislação pertinente a pós-graduação no Brasil, informações produzida pela Comissão Própria de Avaliação e os seguintes indicadores:

- Participação e envolvimento dos professores nas atividades relativas ao curso;
- Planejamento realizado coletivamente;
- Ações articuladas entre os professores;
- Coerência entre as práticas pedagógicas e o PPC;
- Índice de permanência dos alunos no curso;
- Desempenho dos alunos nas atividades pedagógicas;
- Qualidade do material didático-pedagógico e das práticas pedagógicas dos professores;
- Sintonia do currículo com as características e necessidades do contexto em que o curso é desenvolvido.

8. AUTORIZAÇÃO DA OFERTA DO CURSO

A oferta do Curso de Especialização em Educação e Diversidade, constante no Plano de Oferta de Curso e Vagas do Câmpus Canoinhas para o período de 2017 a 2020 do PDI do IFSC, está autorizada pela Resolução nº.... do Colegiado do Câmpus Canoinhas e é norteada pela Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização e pela Resolução do CEPE/IFSC nº. 105, de 18 de agosto de 2011, republicada em 01 de março de 2016.

9. REFERÊNCIAS

AMARP. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE. Disponível em: <<http://www.amarp.org.br/>>. Acessado em: 27 de outubro de 2016.

AMPLANORTE. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE. Disponível em: <<http://www.amplanorte.org.br>>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.

AMSULPAR. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SUL PARANAENSE. Disponível em:<<http://amsulpar.com.br>>. Acesso em: 27 de outubro de 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GADOTTI, M. **Paulo Freire**: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire;

Brasília, DF: UNESCO, 1996.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2003.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC) – Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, IFSC, Campus Canoinhas, 2015.

10.ANEXO